

EDITAL Nº 28/2023– PROGRAD

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA O CARGO EFETIVO DE
PROFESSOR DA CARREIRA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR**

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (UFAC)** torna pública a realização de concurso público de provas e títulos destinado ao provimento de 24 (vinte e quatro) vagas e formação de cadastro de reserva no cargo efetivo de Professor da Carreira de Magistério Superior, nos termos do artigo 207 da Constituição Federal, Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012, Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei nº 13.656, de 30 de abril de 2018, Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008, Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, Decreto nº 83.936, de 06 de setembro de 1979, Lei nº 13.872, de 17 de setembro de 2019, Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Instrução Normativa nº 02, de 27 de agosto de 2019, Portaria nº 387, de 31 de maio de 2022, Portaria Normativa SGP/MP nº 4, de 6 de abril de 2018, Resolução Consu nº 09, de 08 de fevereiro de 2013, Resolução Consu nº 39, de 09 de agosto de 2013, Resolução Consu nº 03, de 23 de janeiro de 2014, com a redação dada pela Resolução Reitoria nº 15, de 18 de outubro de 2022, e mediante as normas contidas neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O concurso reger-se-á pelas disposições contidas neste Edital, será supervisionado pela Pró-Reitoria de Graduação e executado pela Comissão Geral de Concurso.

1.2. A seleção compreenderá as seguintes fases:

1.2.1.1. primeira fase: prova escrita e prova didática, de caráter eliminatório e classificatório; e,

1.2.1.2. segunda fase: prova de títulos, de caráter classificatório.

1.3. As áreas de concurso, o quantitativo de vagas, os perfis exigidos e o regime de trabalho constam nos anexos II e III deste Edital.

1.4. As áreas de pós-graduação exigidas para o perfil dos candidatos são baseadas na Tabela de Áreas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), de acordo com a Resolução Reitoria nº 21, de 14 de novembro de 2013, homologada pela Resolução Consu nº 003, de 23 de janeiro de 2014, e suas alterações posteriores.

1.5. As provas serão realizadas exclusivamente no Município de Rio Branco/AC para as áreas do Anexo II, e no Município de Cruzeiro do Sul/AC para as áreas do Anexo III.

1.6. Os candidatos nomeados serão submetidos ao Regime Jurídico Único dos Servidores Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais (Lei 8.112/90), observadas as disposições da Lei 12.772/2012.

1.7. Será considerado o Horário Oficial do Acre para as indicações de tempo contidas neste Edital.

1.8. As despesas relativas à participação do candidato no Concurso Público ou em decorrência dela, inclusive deslocamento, hospedagem, alimentação, exames e laudos que deverão ser apresentados durante a seleção ou por ocasião da admissão, correrão às expensas do próprio candidato.

2. DA INSCRIÇÃO

2.1. A inscrição no concurso público será realizada exclusivamente pela internet, por meio do formulário de inscrição disponível no endereço eletrônico <http://sistemas2.ufac.br/concurso_docente>, conforme o cronograma de inscrições estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I, observado o perfil exigido.

2.2. O formulário de inscrição deverá ser preenchido na íntegra e com toda atenção, de modo que nele constem as informações exatas e verdadeiras, sob pena de cancelamento dele, sendo de inteira responsabilidade do candidato os erros no preenchimento.

2.3. A taxa de inscrição será de R\$ 200,00 (duzentos reais).

2.4. O candidato efetuará o preenchimento do formulário de inscrição disponível no endereço eletrônico <http://sistemas2.ufac.br/concurso_docente>, devendo preencher os campos obrigatórios com os dados exigidos.

2.5. O descumprimento de quaisquer das exigências prescritas no item anterior ensejará o indeferimento da inscrição do candidato.

2.6. No momento da impressão da Guia de Recolhimento da União - GRU Cobrança (boleto bancário), é de inteira responsabilidade do candidato conferir seus dados pessoais, em especial se há correspondência entre o nome e o CPF constante no documento.

2.7. O pagamento da taxa de inscrição será feito apenas por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU Cobrança (Boleto Bancário), que será paga preferencialmente, no Banco do Brasil, até o primeiro dia útil seguinte ao término das inscrições, observado o horário de expediente bancário.

2.8. O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o primeiro dia útil seguinte ao término das inscrições, observado o horário de expediente bancário.

2.9. O não pagamento da taxa de inscrição até a data do vencimento implicará a eliminação do candidato do certame.

2.9.1. Não comprovada a efetivação do pagamento, o candidato será eliminado do certame.

2.9.2. Não será aceito agendamento como comprovante de pagamento e nem pagamento realizado após a data limite constante no Cronograma de Atividades, Anexo I.

2.10. A Ufac não se responsabilizará por inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas ou congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

- 2.11. No momento da inscrição, o candidato deverá optar por uma única área de concurso.
- 2.12. Havendo mais de uma inscrição paga ou isenta de um mesmo candidato, prevalecerá a inscrição mais recente.
- 2.13. É vedada, em qualquer hipótese, a alteração da área de inscrição no concurso.
- 2.14. É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax ou via correio eletrônico ou qualquer meio diverso do previsto neste Edital.
- 2.15. Antes de efetuar o recolhimento da taxa de inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos necessários para participação no concurso público, pois, o valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.
- 2.16. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e em eventuais normas, orientações e publicações posteriores, publicadas no site <<http://www.ufac.br/editais/>>.
- 2.17. Ao enviar o formulário de inscrição, o candidato deve concordar com os termos do Edital, seus anexos e retificações, assumindo também a responsabilidade sobre a veracidade dos dados informados.
- 2.18. É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros, para outros concursos ou para outra área de concurso objeto deste Edital.
- 2.19. É de responsabilidade exclusiva do candidato, sob as penalidades da lei, a veracidade das informações fornecidas na inscrição, dispondo a Ufac do poder de indeferir a inscrição do candidato que preencher com dados incorretos, incompletos ou inverídicos.
- 2.20. Nas áreas de concurso em que não houver pelo menos 05 (cinco) candidatos inscritos com o perfil exigido para o provimento da vaga, devidamente comprovado por meio do envio de cópia do diploma de doutorado na área, será publicado edital suplementar com a abertura de vagas para candidatos que possuam o título de mestre, não havendo, contudo, distribuição das vagas por titulação.
- 2.20.1. Para fins de comprovação do título de doutor de que trata o item 2.20, o candidato deverá juntar o currículo lattes atualizado e a cópia do diploma de doutorado em um único arquivo no formato PDF, o qual será anexado ao formulário de inscrição.**
- 2.20.2. Os candidatos que não enviarem a documentação na forma do subitem anterior permanecerão no concurso, porém, não serão considerados na contagem prevista no item 2.20.
- 2.20.3. A permanência no Concurso Público de candidato que não tenha enviado a cópia do diploma de doutorado não dispensa a obrigatoriedade de apresentação dos requisitos exigidos para a posse.
- 2.21. Durante o período de inscrição definido no edital suplementar relativo ao item 2.20, também será permitida a inscrição de candidatos com o título de doutor.**
- 2.22. No caso previsto no item 2.20 deste Edital, não haverá alteração do conteúdo programático (Anexo V).
- 2.23. Encerrado o período da inscrição, será realizado o deferimento das inscrições pela Comissão

Geral de Concurso, que publicará a relação de deferimentos e indeferimentos de inscrições no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, conforme estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I.

2.24. O candidato que tiver a inscrição indeferida poderá interpor recurso à Comissão Geral de Concurso, por meio de formulário eletrônico, no prazo estabelecido no cronograma constante no Anexo I.

2.25. Julgados os recursos, a Comissão Geral de Concurso publicará, no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, o resultado final das inscrições e encaminhará às bancas examinadoras a relação de candidatos aptos para participarem das fases de seleção.

3. DO PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

3.1. Será concedida isenção total da taxa de inscrição para o candidato que, conforme o Decreto nº 6.593/08, preencher os seguintes critérios:

3.1.1. Estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007;

3.1.2. For membro de família de baixa renda, assim considerada aquela com renda familiar mensal per capita de até meio salário-mínimo ou que possua renda familiar mensal de até três salários mínimos, conforme o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

3.2. O pedido de isenção deverá ser formulado pelo candidato no ato da inscrição, no período indicado no Cronograma de Atividades, Anexo I, informando:

3.2.1. a indicação do Número de Identificação Social (NIS) atribuído pelo CadÚnico;

3.2.2. a declaração eletrônica de que atende à condição estabelecida no subitem 3.1.2 deste Edital.

3.3. A Ufac consultará o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

3.4. Será concedida isenção total da taxa de inscrição para o candidato doador de medula óssea com cadastro em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde, nos termos da Lei 13.656/2018.

3.4.1. O pedido de isenção da taxa de inscrição com base no art. 1º, inc. II, da Lei 13.656/2018, deverá ocorrer no ato da inscrição, no período indicado no Cronograma de Atividades, Anexo I, devendo ser anexado via *upload*, por meio de *link* específico, documento no formato PDF, atestado ou laudo emitido por médico de entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM), que comprove que o candidato efetuou a doação de medula óssea, bem como a data da doação.

3.5. O envio da documentação constante do subitem 3.4.1 é dever exclusivo do candidato, não se responsabilizando a Ufac por qualquer tipo de problema que impeça o recebimento dessa documentação, seja por ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio.

3.6. O candidato que não enviar a documentação constante do subitem 3.4.1, ou que enviar documentação que não comprove ser doador de medula óssea, terá o seu pedido de isenção indeferido.

3.7. Não será concedida isenção parcial da taxa de inscrição.

3.8. As informações prestadas no requerimento de isenção serão de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato, sob pena de responder civil e criminalmente pelo seu teor.

3.9. A declaração falsa prestada no requerimento sujeitará, a qualquer tempo, o candidato à eliminação do concurso e às sanções previstas no artigo 299 do Código Penal (crime de falsidade ideológica), aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do artigo 10 do Decreto nº 83.936, de 06 de setembro de 1979.

3.10. Será indeferido o pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição do candidato que:

3.10.1. omitir informações e/ou torná-las inverídicas;

3.10.2. fraudar e/ou falsificar documentação;

3.10.3. não observar a forma, o prazo e os horários estabelecidos neste Edital.

3.11. A Comissão Geral de Concurso publicará a relação preliminar dos candidatos que tiveram o pedido de isenção deferido ou indeferido no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, conforme estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição deferidos constarão automaticamente na lista de inscritos.

3.12. Os candidatos que tiverem o pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição indeferido poderão interpor recurso, o qual será protocolado por meio de formulário eletrônico, no prazo estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I e conforme disciplinado na publicação de que trata o item anterior.

3.13. Após a análise dos recursos, a Comissão Geral de Concurso publicará o resultado final da solicitação de isenção no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>

3.14. O candidato que tiver seu pedido de isenção indeferido deverá gerar a Guia de Recolhimento da União (GRU) e efetuar pagamento de acordo com o prazo estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I.

3.15. A pessoa travesti ou transexual que desejar atendimento pelo nome social, nos termos do Decreto nº 8.727/2016, poderá solicitá-lo no ato da inscrição.

4. DA RESERVA DE VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PcD)

4.1. Serão reservadas 5% (cinco por cento) do total de vagas que vierem a ser criadas durante a vigência do Concurso Público regido pelo presente Edital, para provimento por pessoas com deficiência (PcD), nos termos do art. 5º, § 2º, da Lei 8.112/90 e do art. 1º do Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018 e suas alterações.

4.1.1. O percentual de que trata o item 4.1 será observado na formação do cadastro de reserva.

4.1.2. O percentual de que trata o item 4.1 será observado na ocupação das vagas reservadas a PcD que vierem a surgir, e dar-se-á de acordo com a ordem de convocação constante no Anexo IV deste Edital.

4.2. Se da aplicação do percentual do item anterior resultar número fracionado, este será elevado até

o primeiro número inteiro subsequente, não podendo ultrapassar 20% (vinte por cento) das vagas ofertadas por área.

4.3. Será possível efetuar a inscrição para concorrer à reserva de vaga para PcD, ainda que a área não ofereça vaga para provimento imediato, de modo que os eventuais aprovados constarão no cadastro de reserva, conforme o disposto nos anexos II e III deste Edital.

4.4. Será considerada pessoa com deficiência o candidato enquadrado no disposto na Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, e no Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas respectivas alterações.

4.5. Ressalvadas as disposições previstas na legislação vigente, a pessoa com deficiência participará do concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos no que diz respeito:

4.5.1. ao conteúdo das provas;

4.5.2. à avaliação e aos critérios de aprovação;

4.5.3. ao horário e ao local de aplicação das provas; e,

4.5.4. à nota mínima exigida para os demais candidatos.

4.6. O candidato que desejar concorrer às vagas para pessoas com deficiência, que vierem a ser criadas durante a vigência do Concurso Público regido pelo presente Edital, deverá, no ato de inscrição, informar sua condição e enviar, em espaço próprio e em formato PDF, laudo médico emitido nos últimos 60 (sessenta) dias.

4.7. O laudo de que trata o item anterior deverá obedecer aos seguintes quesitos:

4.7.1. ser redigido em letra legível;

4.7.2. conter o nome completo e o número do documento oficial de identidade (identificação) do candidato;

4.7.3. atestar a espécie, o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código da Classificação Internacional de Doença (CID).

4.7.4. ter carimbo indicando o nome, número do CRM e a assinatura do médico responsável pela sua emissão.

4.8. É de responsabilidade do candidato a veracidade dos documentos anexados, sob pena de responder civil e criminalmente pelo seu teor.

4.9. A inobservância do disposto nos itens 4.6 e 4.7 acarretará a perda do direito às vagas reservadas às pessoas com deficiência, valendo a sua inscrição para as demais vagas.

4.10. Se aprovado e nomeado para provimento de vaga, o candidato com deficiência deverá submeter-se à perícia médica promovida por junta médica da Ufac, antes da posse, cuja data será informada por ocasião da convocação, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como pessoa com deficiência, ou não, e seu respectivo grau, com a finalidade de verificar se a deficiência informada o habilita às vagas reservadas para candidatos em tais condições.

4.11. Quando convocado, o candidato apresentar-se-á para a inspeção médica constante no item 4.10, às suas expensas, munido de laudo médico nos termos do item 4.7 e de exames seguintes complementares comprobatórios da deficiência relacionados na convocação que trata o item 4.10.

4.12. O não comparecimento à convocação de que trata o item 4.10 acarretará a perda do direito à vaga reservada aos candidatos em tais condições.

4.13. O candidato que não for considerado pessoa com deficiência por junta médica da Ufac, passará a figurar apenas na listagem de classificação geral, caso possua nota de classificação para tanto.

4.14. O candidato cuja deficiência for julgada pelo órgão competente da Ufac como incompatível com o exercício das atividades da função para a qual concorre será excluído do concurso e considerado desclassificado, para todos os efeitos.

4.15. As vagas destinadas às pessoas com deficiência que vierem a surgir e que não forem preenchidas por falta de candidatos, por reprovação no concurso ou inaptidão na perícia médica, serão preenchidas pelos demais candidatos.

5. DA RESERVA DE VAGAS A CANDIDATOS NEGROS

5.1. Serão reservadas 20% (vinte por cento) das vagas que vierem a ser criadas durante a vigência do Concurso Público regido pelo presente Edital, para provimento por candidatos que concorram às vagas destinadas a negros, nos termos do artigo 1º da Lei 12.990/ 2014.

5.1.1. O percentual de que trata o item 5.1 será observado na formação do cadastro de reserva.

5.1.2. O percentual de que trata o item 5.1 será observado na ocupação das vagas reservadas a candidatos negros que vierem a surgir, e dar-se-á de acordo com a ordem de convocação constante no Anexo IV deste Edital.

5.2. Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas a candidatos negros, este será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

5.3. Será possível efetuar a inscrição para concorrer à reserva de vaga para candidato negro, ainda que a área não ofereça vaga para provimento imediato, de modo que os eventuais aprovados constarão no cadastro de reserva, conforme o disposto nos anexos II e III deste Edital.

5.4. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros, que surgirem na vigência do Concurso Público, aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição no concurso público, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

5.4.1. O candidato que desejar concorrer às vagas para negros, no ato de inscrição deverá informar sua cor ou raça e optar por concorrer às vagas reservadas aos negros, preenchendo a autodeclaração de que é preto ou pardo.

5.4.2. Até o final do período de inscrição do Concurso Público, será facultado ao candidato desistir de concorrer pelo sistema de reserva de vagas.

5.4.3. A autodeclaração terá validade somente para este Concurso Público.

5.5. Os candidatos negros concorrerão a todas as vagas em condições de igualdade, observando as fases de seleção e os critérios de aprovação exigidos para todos os candidatos.

5.6. Será realizado, no período entre a publicação do resultado preliminar e o resultado final do concurso, o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros, nos termos da Portaria Normativa nº 4, de 6 de abril de 2018, da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

5.7. O procedimento de heteroidentificação será realizado por comissão criada especificamente para este fim, que possuirá competência deliberativa para avaliar a autodeclaração prestada pelo candidato e emitir parecer conclusivo, favorável ou não, considerando os aspectos fenotípicos do mesmo, nos termos da Portaria Normativa nº 4, de 6 de abril de 2018, da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

5.8. A Prograd publicará, no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, a convocação dos candidatos que concorrem às vagas reservadas nos termos do item 5.3 deste Edital, para o procedimento de heteroidentificação, a qual será promovida sob a forma presencial.

5.9. O candidato que não comparecer ao procedimento de heteroidentificação será eliminado do concurso público, dispensada a convocação suplementar de candidatos não habilitados.

5.10. Será convocada para o procedimento de heteroidentificação, no mínimo, a quantidade de candidatos equivalente a 03 (três) vezes o número de vagas reservadas às pessoas negras previstas no Edital, ou 10 (dez) candidatos, o que for maior, resguardadas as condições de aprovação estabelecidas neste Edital, e figurando na listagem final de aprovados o quantitativo de vagas de acordo com o Anexo II do Decreto nº 9.739/2019.

5.11. Será excluído da modalidade, o candidato cuja autodeclaração não for confirmada no procedimento de heteroidentificação e constará apenas na classificação geral, caso tenha nota suficiente.

5.12. A avaliação da comissão quanto à condição de pessoa negra considerará os seguintes aspectos:

5.12.1. a informação prestada pelo candidato no ato da inscrição quanto à condição de pessoa preta ou parda;

5.12.2. a autodeclaração assinada pelo candidato como pessoa preta ou parda, ratificando sua condição conforme indicada no ato da inscrição;

5.12.3. o fenótipo do candidato.

5.13. O candidato será considerado não enquadrado na condição de pessoa preta ou parda quando:

5.13.1. não cumprir os requisitos indicados no item 5 deste Edital;

5.13.2. negar-se a fornecer algum dos itens indicados no subitem 5.13, no momento solicitado pela Comissão de Heteroidentificação;

5.13.3. houver unanimidade entre os integrantes da Comissão quanto ao não atendimento do quesito cor ou raça por parte do candidato.

5.14. Para a comprovação da compatibilidade do fenótipo será considerada predominantemente a cor da pele, e, subsidiariamente, outros traços negroides que possibilitem o acolhimento ou rejeição da autodeclaração.

5.14.1. Na hipótese de a Comissão reconhecer a compatibilidade de cor preta ou parda do candidato como primeiro critério fenotípico, a avaliação dos demais critérios será

dispensada, acatando a autodeclaração do candidato.

5.14.2. Na hipótese de não ser reconhecida a compatibilidade da cor da pele do candidato, serão avaliados os demais critérios fenotípicos, sendo necessário pelo menos 02 (dois) traços negroides para que seja acatada a autodeclaração do candidato.

5.15. O procedimento de heteroidentificação será filmado pela Comissão para fins de registro de avaliação e uso exclusivo pela própria Comissão de Heteroidentificação.

5.15.1. O candidato que se recusar a se submeter à filmagem do procedimento de heteroidentificação será excluído da modalidade e não será avaliado pela Comissão, dispensada a convocação suplementar de candidatos não habilitados.

5.16. A Comissão Geral de Concurso publicará o resultado preliminar do procedimento de heteroidentificação no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>.

5.17. Os candidatos não enquadrados na condição de pessoa preta ou parda conforme parecer emitido pela Comissão de Heteroidentificação, poderão interpor pedido de reconsideração no prazo estabelecido constante no Anexo I, de acordo com o edital de resultado.

5.17.1. Por ocasião do recurso, o candidato somente poderá ter acesso, de forma eletrônica, ao parecer emitido pela comissão, bem como à gravação do procedimento de heteroidentificação.

5.17.2. Em hipótese alguma será fornecido, a candidato, acesso às informações de terceiros.

5.18. O resultado final do procedimento de heteroidentificação será publicado no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, no qual constarão os dados de identificação do candidato e a conclusão final a respeito da confirmação ou não da autodeclaração.

5.19. Os candidatos negros que optarem por concorrer às vagas na forma do item 5.4 concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

5.19.1. Os candidatos negros aprovados e nomeados dentro do número de vagas oferecidas para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas a candidatos negros.

5.20. Em caso de desistência de candidato negro aprovado, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.

6. DO REQUERIMENTO DE ATENDIMENTO ESPECIAL

6.1. O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá requerê-lo por ocasião da inscrição eletrônica, indicando os recursos especiais necessários ao seu atendimento, e com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, no prazo estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I, devendo o laudo médico ter sido emitido nos últimos 12 (doze) meses.

6.2. A candidata que tiver a necessidade de amamentar durante a realização da(s) prova(s) deverá solicitar atendimento especial, anexando, em espaço próprio e em formato PDF, a certidão de nascimento da criança, e levar, no dia da prova, um acompanhante adulto, que ficará em sala reservada

e será o responsável pela guarda do lactente.

6.2.1. Será garantido o direito de as mães amamentarem seus filhos de até 6 (seis) meses de idade durante a realização do concurso público, conforme disposto nos termos da Lei n. 13.872/2019.

6.2.2. Terá o direito previsto no item anterior a mãe cujo filho tiver até 6 (seis) meses de idade no dia da realização de prova do concurso público (art. 2º, §1º da Lei n. 13.872/2019).

6.2.3. A criança deverá estar acompanhada de pessoa maior de idade, que será responsável por sua guarda (familiar ou terceiro), que deverá ter documento de identificação enviado através de link constante na página do candidato, no período de inscrição.

6.2.4. A pessoa acompanhante somente terá acesso ao local das provas até o horário estabelecido para fechamento dos portões e ficará com a criança em sala reservada para essa finalidade, próxima ao local de aplicação das provas.

6.2.5. A mãe terá o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos (art. 4º da Lei n. 13.872/2019).

6.2.6. Durante o período de amamentação, a mãe será acompanhada por fiscal.

6.2.7. O tempo despendido na amamentação, previsto no item 6.2.5 será compensado durante a realização da prova, em igual período, tendo cada saída e horários registrados em ata pela fiscal.

6.2.8. No momento da amamentação, ficarão presentes somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de quaisquer outras pessoas.

6.2.9. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da prova, além de solicitar atendimento especial para tal fim, deverá fazer juntada, na área do candidato, de cópias da certidão de nascimento da criança e do documento de identificação do acompanhante, no período de realização das inscrições.

6.2.10. O acompanhante mencionado no item anterior ficará em sala reservada durante todo período em que a mãe estiver realizando as provas e será responsável pela guarda da criança. A ele não será permitido saídas para circular pelo local de prova e o uso de equipamentos digitais ou eletrônicos de qualquer espécie.

6.2.11. A candidata que tiver necessidade de amamentar e não levar o acompanhante no dia de realização da prova não poderá permanecer com a criança no local de realização da prova e nem adentrar na sala de prova com a criança.

6.2.12. No caso de a criança ainda não ser nascida quando da realização da inscrição eletrônica, a certidão de nascimento poderá ser substituída por atestado emitido por médico obstetra que indique a data provável do seu nascimento.

6.2.13. A Ufac não disponibilizará acompanhante para guarda de crianças.

6.3. Não serão deferidos pedidos de atendimento especial para a realização das provas após o período de inscrição.

6.4. A relação dos candidatos que tiveram o seu pedido de atendimento especial deferido será divulgada no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, por ocasião da publicação do

resultado preliminar das inscrições deferidas e indeferidas, conforme estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I.

6.5. O candidato poderá interpor recurso à Comissão Geral de Concurso, contra o indeferimento do pedido de atendimento especial no prazo estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I, o qual será protocolado por meio de formulário eletrônico, conforme disciplinado na publicação de que trata o item anterior.

6.6. A solicitação de atendimento especial, em qualquer caso, será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

6.7. É de responsabilidade do candidato a veracidade dos documentos anexados, sob pena de responder civil e criminalmente pelo seu teor.

6.8. Após a análise, a Ufac divulgará, em edital específico, o resultado dos recursos dos candidatos de que trata o item 6.5 deste Edital, conforme estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I.

7. DA SELEÇÃO

7.1. A seleção será realizada nos termos da Resolução Consu nº 09, de 08 de fevereiro de 2013, e terá as seguintes fases:

a) primeira fase: será realizada por todos os candidatos que tiverem as inscrições deferidas, de acordo com o estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I, e compreenderá a realização das provas escrita e didática, de caráter eliminatório e classificatório, com pontuação máxima de 10 (dez) pontos cada prova;

b) segunda fase: será realizada exclusivamente pelos candidatos não eliminados na primeira fase, de acordo com o Cronograma de Atividades, Anexo I, e compreenderá a Prova de títulos, de caráter classificatório, com pontuação máxima de 11 (onze) pontos.

7.2. Por ocasião da realização das provas escrita e didática, e considerando a prevenção da transmissão do Coronavírus, recomenda-se o uso de máscara ao candidato que estiver apresentando sintomas gripais.

7.2.1. Caso o candidato leve água para o seu próprio consumo, a embalagem deverá ser obrigatoriamente transparente.

7.2.2. O candidato que tiver a necessidade de se alimentar durante as provas deverá levar o alimento obrigatoriamente em embalagem transparente.

7.2.3. A Ufac disponibilizará álcool em gel na entrada do local de realização das provas, contudo, recomenda-se que cada candidato porte um frasco de álcool em gel próprio para uso individual, o qual não poderá ser compartilhado entre os candidatos.

7.2.4. A Ufac poderá estabelecer outras medidas protetivas conforme deliberado pelo Comitê de Prevenção e Contenção da COVID-19 da Ufac.

7.3. As fases de seleção serão conduzidas pelas bancas examinadoras, instituídas na forma do inciso II do artigo 7º da Resolução Consu nº 09, de 08 de fevereiro de 2013.

7.4. A Comissão Geral de Concurso publicará, conforme estabelecido no Cronograma de Atividades,

Anexo I, no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, a composição das bancas examinadoras, abrindo-se prazo para os candidatos arguirem impedimento ou suspeição dos seus membros, nos casos previstos nos artigos 18 e 20 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, cabendo ao arguinte o ônus de comprovar suas alegações.

7.5. O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, conforme estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I, no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, à Pró-Reitoria de Graduação, sem efeito suspensivo, nos termos da Lei 9.784/ 1999.

7.6. O candidato somente poderá realizar as provas no local designado pela Ufac munido de documento de identidade original, de acordo com o item 16.7 deste Edital.

7.7. Será de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta dos locais de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

7.8. As informações referentes a notas e classificações poderão ser acessadas nos resultados, que serão publicados no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>.

7.9. As fases de seleção das áreas ofertadas neste Edital serão independentes e autônomas entre si, podendo ter curso próprio em casos excepcionais.

7.10. É obrigatória a realização das provas escrita e didática pelos candidatos inscritos, sob pena de eliminação do certame.

8. DA PROVA ESCRITA

8.1. A prova escrita consistirá em questão(ões) de conhecimento e habilidade, elaborada(s) pelas bancas examinadoras, relacionadas ao conteúdo programático da área (Anexo V).

8.2. A prova escrita será elaborada pelas bancas examinadoras e aplicada pela Comissão Geral de Concurso.

8.3. Os locais de prova serão designados pela Comissão Geral de Concurso, e publicados no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, conforme estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I.

8.4. A prova escrita será realizada simultaneamente por todos os candidatos, conforme estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I, das 8h às 12h, horário oficial do Acre.

8.5. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização da prova com antecedência mínima de 1 (uma) hora do horário fixado para o início, munido de documento de identidade original, de acordo com o item 16.7 deste Edital.

8.6. O candidato somente terá acesso à sala de realização da prova escrita até às 8h (horário oficial do Acre).

8.7. Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoas estranhas ao concurso no local de aplicação da prova.

8.8. O candidato deverá permanecer obrigatoriamente na sala de realização da prova escrita por no mínimo 1 (uma) hora após o seu início, sob pena de sua eliminação do certame.

8.9. Não serão permitidas consultas e nem a utilização de qualquer equipamento eletrônico durante a

realização da prova escrita.

8.10. Será eliminado do concurso o candidato que, durante a realização da prova escrita, for surpreendido portando, em local diverso do indicado pelos fiscais, equipamento eletrônico e/ou material de uso não autorizado, ainda que desligado.

8.10.1. Será eliminado o candidato cujo equipamento eletrônico e/ou material de uso não autorizado que estiver em local indicado emitir qualquer tipo de ruído, alerta ou vibração.

8.11. A prova escrita será feita pelo próprio candidato, à mão, em letra legível, com caneta esferográfica de cor azul ou preta, fabricada em material transparente.

8.11.1. Somente na hipótese de deferimento de atendimento especial será permitido o preenchimento da prova escrita por pessoa designada pela Comissão Geral de Concurso. Neste caso, o candidato será acompanhado por fiscal devidamente treinado e as respostas fornecidas serão gravadas em áudio e vídeo.

8.11.2. Também serão gravados, em áudio e vídeo, os atendimentos especiais de intérprete de Libras e leitor.

8.12. A prova escrita constitui o único documento válido para a correção das provas.

8.13. O candidato deverá assinar a lista de presença, sendo o responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial o seu nome, o número de inscrição e o número de seu documento de identidade.

8.14. As anotações que estiverem em desconformidade com este Edital ou com as instruções da prova escrita serão consideradas indevidas, e não serão consideradas para efeito de correção.

8.15. Em hipótese alguma haverá substituição da prova escrita por erro do candidato.

8.16. O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou de qualquer modo danificar a sua prova escrita, sob pena de impossibilitar a leitura por parte dos membros da banca examinadora.

8.17. Serão de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da sua prova escrita.

8.18. Após entregar sua prova escrita, o candidato não poderá retornar ao local de realização da prova.

8.19. Os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala de aplicação de prova, e somente poderão sair juntos do recinto, após acompanhar o lacre dos envelopes e apor, em ata, suas respectivas assinaturas.

8.20. A nota final do candidato na prova escrita será a média aritmética das notas atribuídas, individualmente, de ZERO a 10 (dez) pontos, por cada membro da banca examinadora.

8.20.1. No cálculo da nota será considerada até a segunda casa decimal, arredondando-se para o número imediatamente superior se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a 5 (cinco).

8.21. Serão eliminados do Concurso Público os candidatos que obtiverem nota inferior a 5,0 (cinco) pontos na prova escrita.

8.22. O resultado preliminar das provas escrita e didática será publicado, conforme estabelecido no

Cronograma de Atividades, Anexo I, no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>.

8.23. A chave de correção da prova escrita será publicada juntamente com o resultado preliminar dela.

8.24. O candidato poderá solicitar acesso somente de forma eletrônica, junto à Comissão Geral de Concurso, a sua prova escrita e didática, a avaliação individual e a ata da prova escrita e didática, conforme disciplinado no resultado preliminar.

8.24.1. A entrega da documentação solicitada nos termos do item 8.24 ocorrerá conforme disciplinado no resultado preliminar.

8.24.2. Não serão fornecidas informações e documentos pessoais de candidatos a terceiros, em atenção ao disposto no art. 31 da Lei nº 12.527/2011.

8.25. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado preliminar das provas escrita e didática, em formulário específico no endereço eletrônico, conforme disciplinado na publicação de que trata o item 8.22.

8.26. Os recursos serão encaminhados às bancas examinadoras para fins de instrução e elaboração de parecer acerca dos fatos apresentados pelo recorrente e serão julgados pela Assembleia de Centro.

8.27. O resultado final das provas escrita e didática serão publicados no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, conforme estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I.

9. DA PROVA DIDÁTICA

9.1. A prova didática consiste em exposição oral sobre um dos 10 (dez) temas extraídos do conteúdo programático (Anexo V), a ser realizada, conforme estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I.

9.2. A data, horário e local do sorteio dos temas para a prova didática serão divulgados ao candidato ao término de sua prova escrita.

9.2.1. A Comissão Geral de Concurso afixará, no local designado para o sorteio, os temas sorteados para cada candidato, independente do mesmo estar ou não presente.

9.2.2. Não é obrigatória a participação do candidato no sorteio do tema, contudo, a ausência do candidato não prejudicará a contagem do tempo para a realização da prova didática.

9.3. A prova didática ocorrerá 24 (vinte e quatro) horas após a realização do sorteio do tema, no horário e local divulgados no referido sorteio.

9.4. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização da prova didática munido do original de seu documento oficial de identidade, nos termos do item 16.7, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para a realização da prova, e aguardará a sua convocação para iniciar a mesma.

9.5. A ausência ou o atraso do candidato na prova didática implicará a sua eliminação do concurso.

9.6. Após a identificação do candidato, a banca examinadora solicitará a entrega do plano de aula e informará que ele dispõe de até 5 (cinco) minutos para a organização dos materiais necessários para

a realização da prova didática.

9.6.1. Finalizado o tempo de organização previsto no item 9.6, a banca informará o início da exposição oral.

9.6.2. O plano de aula integra a prova didática e, conseqüentemente, será eliminado do concurso o candidato que não o entregar à banca examinadora, conforme previsto no item 9.6 deste Edital, em 04 (quatro) vias.

9.6.3. O candidato terá ciência de sua eliminação na publicação do resultado da prova didática e não terá atribuição de notas na mesma.

9.6.4. É de responsabilidade do candidato providenciar os recursos e materiais a serem utilizados na prova didática.

9.6.5. O candidato poderá fazer uso e requerer, se assim o desejar, de recursos existentes na instituição, tais como projetor de slides, pincel para quadro branco, giz etc., desde que esteja disponível no local da prova didática.

9.6.6. A requisição de que trata o item 9.6.5 deverá ser solicitada pelo candidato no ato do sorteio do tema para a prova didática.

9.7. A exposição oral do tema terá duração mínima de 40 (quarenta) e máxima de 60 (sessenta) minutos.

9.7.1. Será eliminado do concurso o candidato que não atingir o tempo mínimo ou que ultrapassar o tempo máximo destinado à exposição oral.

9.7.2. O candidato terá ciência de sua eliminação na publicação do resultado da prova didática e não terá atribuição de notas na mesma.

9.7.3. Não é vedado ao candidato a utilização de relógio ou outro equipamento para verificação de tempo, contudo, será considerado, para fins de comprovação do tempo de realização da prova didática, o equipamento utilizado pela banca examinadora.

9.8. Na avaliação da prova didática, a banca examinadora levará em conta, fundamentalmente, dentre outros elementos:

9.8.1. o domínio teórico do tema sorteado;

9.8.2. a capacidade de organizar as ideias sobre o tema sorteado e ministrá-lo com objetividade;

9.8.3. a coerência entre o plano de aula apresentado e o desenvolvimento da aula; e,

9.8.4. a utilização adequada dos recursos didáticos pelo candidato.

9.9. Para efeito de aferição da nota da prova, a banca examinadora terá como referência os elementos e definições contidos na planilha de avaliação constante no Anexo VI deste Edital.

9.10. Após a exposição do tema, o candidato poderá ser arguido pelos membros da banca examinadora, com tempo máximo de 10 (dez) minutos para cada examinador, sendo concedido igual tempo ao candidato para resposta.

9.11. A prova didática será gravada pela banca examinadora, em cumprimento ao art. 31 do Decreto

nº 9.739, de 28 de março de 2019.

9.12. Será vedado ao candidato participar como observador ou ouvinte da prova didática de outros candidatos independente da área de concurso deste Edital, também será vedada a utilização de qualquer meio eletrônico ou digital para registrar a aula por parte de terceiros, exceto a gravação oficial que será realizada pela Banca Examinadora.

9.13. Não será permitida a presença de público durante a realização da prova didática de nenhum candidato em nenhuma área de concurso deste Edital.

9.14. A nota do candidato na prova didática será a média aritmética das notas atribuídas, de ZERO a 10 (dez) pontos, por cada membro da banca examinadora.

9.14.1. No cálculo da nota será considerada até a segunda casa decimal, arredondando-se para o número imediatamente superior se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a 5 (cinco).

9.15. Serão eliminados os candidatos que obtiverem nota inferior a 5,0 (cinco) pontos na prova didática.

9.16. O resultado preliminar da prova didática será publicado no endereço eletrônico.

<<http://www2.ufac.br/editais>>, conforme estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I.

9.17. O candidato poderá solicitar acesso somente de forma eletrônica, junto à Comissão Geral de Concurso, às documentações da sua prova didática, conforme disciplinado no resultado preliminar.

9.17.1. A entrega da documentação solicitada nos termos do item 9.17 ocorrerá, conforme disciplinado no resultado preliminar.

9.17.2. Não serão fornecidas informações e documentos pessoais de candidatos a terceiros, em atenção ao disposto no art. 31 da Lei 12.527/2011.

9.18. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado preliminar da prova didática, em formulário específico no endereço eletrônico, conforme disciplinado na publicação de que trata o item 9.16.

9.19. Os recursos serão encaminhados às bancas examinadoras para fins de instrução e elaboração de parecer acerca dos fatos apresentados pelo recorrente, e serão julgados pela respectiva Assembleia de Centro.

9.20. O resultado final das provas escrita e didática será publicado no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, conforme estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I.

10. DA PROVA DE TÍTULOS

10.1. Somente serão avaliados os títulos dos candidatos aprovados nas provas escrita e didática.

10.2. Para a prova de títulos, os candidatos deverão protocolizar de forma eletrônica, conforme procedimentos a serem disciplinados em edital específico, cópia digital do currículo cadastrado na Plataforma Lattes e dos documentos comprobatórios dos dados nele constantes, na ordem da Planilha de Prova de Título (Anexo VII), e obedecendo os procedimentos disciplinados pela Comissão Geral de Concurso na convocação para a referida fase.

10.3. O formulário digital será acessado por meio do botão “Enviar Documentos” terá um campo específico para anexar a documentação comprobatória referente a cada título pontuado na Planilha de Prova de Título, devendo ser anexada individualmente a documentação de cada título (no formato PDF). O arquivo não poderá ter documentos referentes a outros títulos.

10.3.1. Nos subitens da Planilha da Prova de Títulos em que é permitida a apresentação de mais de 01 (um) título, será possível cadastrar outros documentos de forma individualizada, até o limite de títulos pontuados na planilha da Prova de Títulos.

10.3.2. Caso o candidato apresente mais de um comprovante, de títulos distintos, por arquivo, a banca examinadora considerará apenas o primeiro comprovante válido, sendo desprezados os demais comprovantes para fins de cálculo.

10.3.3. Não será atribuída nota aos títulos, cujos comprovantes forem enviados em campos errados ou em desacordo com estas instruções da Comissão Geral de Concurso.

10.3.4. Não será atribuída nota aos títulos cujos comprovantes estejam ilegíveis ou não tenham sido expedidos pelo órgão ou setor competente.

10.3.5. Não será atribuída nota ao título referente a curso, projeto, programa ou atividade não finalizados até a data prevista para a entrega da documentação para a prova de títulos.

10.3.6. Nos itens e subitens da Planilha da Prova de Títulos em que seja exigida a comprovação do título nos últimos 5 (cinco) anos, serão considerados válidos apenas aqueles que tenham sido desenvolvidos nos últimos 5 (cinco) anos, contados da data de início de envio da documentação para a prova de títulos.

10.3.7. Para fins de comprovação de experiência no ensino, na modalidade: ministração de aula em curso de aperfeiçoamento/atualização serão considerados apenas os comprovantes com carga horária igual ou superior à 4(quatro) horas.

10.3.8. Não serão aceitos documentos enviados por correspondência, fax ou outro meio diverso do estabelecido pela Ufac.

10.4. É de responsabilidade exclusiva do candidato, sob as penalidades da lei, a veracidade dos documentos apresentados, dispondo a Ufac do direito de excluir do concurso o candidato, a qualquer tempo, caso seja constatado que os documentos são inverídicos.

10.5. A prova de títulos será realizada pela banca examinadora por meio da avaliação do currículo cadastrado na Plataforma Lattes com os devidos documentos comprobatórios, tendo como referência os elementos e definições contidos na planilha de pontuação de títulos constante no Anexo VII deste Edital.

10.6. A pontuação máxima da prova de títulos será 11 (onze) pontos, obtida a partir da seguinte fórmula: $NT = \sum (\text{planilha de títulos})/10$.

10.6.1. No cálculo da nota será considerada até a segunda casa decimal, arredondando-se para o número imediatamente superior se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a 5 (cinco).

10.7. O candidato que não entregar os documentos na forma e nos prazos definidos pelo item 10.2

não terá atribuição de nota nesta fase.

10.8. Não haverá, sob qualquer hipótese, prorrogação de prazo para o cumprimento do disposto no item 10.2 deste Edital.

10.9. O resultado preliminar da prova de títulos será publicado no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, conforme estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I.

10.10. O candidato poderá solicitar acesso somente de forma eletrônica, junto à Comissão Geral de Concurso, às documentações da sua prova de títulos, conforme disciplinado no edital de resultado preliminar.

10.10.1. A entrega da documentação solicitada nos termos do item 10.10 ocorrerá conforme disciplinado no resultado preliminar.

10.10.2. Não serão fornecidas informações e documentos pessoais de candidatos a terceiros, em atenção ao disposto no art. 31 da Lei 12.527/2011.

10.11. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado preliminar da prova de títulos, em formulário específico, no endereço eletrônico, conforme disciplinado na publicação de que trata o item 10.8.

10.12. Os recursos serão encaminhados às bancas examinadoras para fins de instrução e elaboração de parecer acerca dos fatos apresentados pelo recorrente, e serão julgados pela respectiva Assembleia de Centro.

10.13. O resultado final da prova de títulos será publicado no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, conforme data prevista no Cronograma de Atividades, Anexo I.

11. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

11.1. São critérios de desempate, em ordem de classificação:

11.1.1 maior idade, conforme art. 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

11.1.2 maior pontuação na prova de títulos;

11.1.3 maior média na prova didática;

11.1.4 maior média na prova escrita;

11.1.5 maior tempo de experiência no magistério em Instituição de Ensino Superior; e

11.1.6 tiver exercido a função de jurado, conforme o art. 440 do Código de Processo Penal.

11.2 Persistindo o empate, o desempate dar-se-á por sorteio.

12 DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 A Comissão Geral do Concurso publicará, de acordo com o estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I, o Resultado Consolidado das Avaliações e Classificação dos Candidatos, contendo a lista dos candidatos classificados por área, de acordo com os valores decrescentes das

notas finais no concurso, atribuindo o primeiro lugar ao candidato que obtiver a maior pontuação, e assim sucessivamente, observados os critérios de desempate deste Edital.

12.1.1 A nota final do candidato será a média aritmética das provas escrita e didática, acrescida da pontuação da prova de títulos, conforme a fórmula seguinte:
$$NF = [(NE + ND) / 2] + NT.$$

12.1.2 No cálculo da nota será considerada até a segunda casa decimal, arredondando-se para o número imediatamente superior se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a 5 (cinco).

12.2 Serão classificados no concurso os candidatos aprovados dentro dos quantitativos previstos nos anexos II e III deste Edital, conforme estabelecido no Anexo II do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.

12.3 Os candidatos não classificados no número máximo de aprovados de que trata o Anexo II, ainda que tenham atingido nota mínima, serão eliminados do certame.

12.4 O candidato poderá interpor recurso contra a somatória das notas e classificação, em formulário específico, no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, conforme procedimentos a serem disciplinados no resultado preliminar, nas datas constante no Anexo I.

12.5 O resultado final de cada área do concurso será homologado pela Assembleia do Centro respectivo, e publicado no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, conforme estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I.

12.6 Do resultado final, caberá recurso de revisão ao Conselho Universitário, conforme estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I, protocolizado perante a Comissão Geral de Concurso, o qual somente poderá versar sobre casos de nulidade ocorridos no certame, sendo vedado pedido de revisão ou de correção de nota.

12.7 Para interposição de recursos, o candidato poderá ter acesso à documentação do certame, somente de forma eletrônica respondendo o candidato pelo seu uso indevido, nos termos da Lei 12.527/2011.

12.8 Os recursos interpostos pelos candidatos serão recebidos sempre no efeito devolutivo.

12.9 O resultado final será homologado pela Reitoria, publicado no Diário Oficial da União e divulgado no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>, conforme estabelecido no Cronograma de Atividades, Anexo I.

13 DA ORDEM DE NOMEAÇÃO DOS CANDIDATOS

13.1 Para as áreas que oferecerem vagas de provimento imediato para a ampla concorrência, a ocupação dar-se-á de tal modo que o primeiro classificado da lista de candidatos aprovados no Concurso Público será nomeado para ocupar a vaga.

13.1.2 Caso a vaga destinada à ampla concorrência não seja preenchida, será nomeado o próximo candidato melhor classificado, até o preenchimento da vaga de provimento imediato.

13.2. As vagas que vierem a surgir na vigência deste Edital serão providas de acordo com a ordem

estabelecida no Anexo IV, desde que haja candidato classificado para a área na referida modalidade.

13.3. A nomeação de candidatos inscritos na modalidade PcD, ocorrerá de acordo com a ordem de convocação constante no Anexo IV deste Edital, exceto se o candidato estiver mais bem classificado na lista geral de ampla concorrência.

13.3.2 Na hipótese de não haver PcD classificada para a área que surgir a vaga, será convocado o próximo candidato classificado, de acordo com a ordem de convocação constante no Anexo IV, ficando reservada a vaga destinada à PcD para a próxima área que surgir a demanda, desde que tenha candidato PcD classificado.

13.3.3 As vagas reservadas para PcD, nos termos do item 4.1 e de acordo com a ordem de convocação constante no Anexo IV, serão garantidas até o preenchimento delas.

13.4A nomeação de candidatos inscritos na modalidade negro, ocorrerá de acordo com a ordem de convocação constante no Anexo IV deste Edital, exceto se o candidato estiver mais bem classificado na lista geral de ampla concorrência.

13.4.2 Na hipótese de não haver candidatos negros classificados para a área que surgir a vaga, será convocado o próximo candidato classificado, de acordo com a ordem de convocação constante no Anexo IV, ficando reservada a vaga destinada a candidato negro para a próxima área que surgir a demanda, desde que haja candidatos negros classificados.

13.4.3 As vagas reservadas para candidato negro, nos termos do item 5.1 e de acordo com a ordem de convocação constante no Anexo IV, serão garantidas até o preenchimento delas.

14 DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO E DA REMUNERAÇÃO INICIAL

14.1 São atribuições do cargo de Professor de Magistério Superior as atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, e as inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria Instituição, além daquelas previstas em legislação específica.

14.2 O ingresso na carreira de Professor de Magistério Superior ocorrerá no Nível 1 da Classe A.

14.3 A remuneração inicial será composta pelo vencimento básico da Classe A, Nível 1, conforme o regime de trabalho, acrescido da retribuição por titulação (RT) e do auxílio alimentação, segundo o quadro abaixo:

QUADRO I - REMUNERAÇÃO

JORNADA DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA						
Classe/Nível	Denominação	Título	Vencimento Básico	RT (D.E.)*	Auxílio Alimentação	Total Bruto
A/ 1	Adjunto-A	Doutorado	R\$ 4.875,18	R\$ 5.606,46	R\$ 658,00	R\$ 11.139,64

* Regimes de Trabalho de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional

15 DOS REQUISITOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

15.1 São requisitos para a investidura no cargo:

15.1.2 ter sido aprovado no concurso público;

15.1.3 ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição Federal;

15.1.4 comprovar a quitação das obrigações eleitorais, mediante a apresentação do título de eleitor e certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral;

15.1.5 comprovar a regularidade com o Serviço Militar, para os aprovados do sexo masculino;

15.1.6 comprovar possuir o perfil exigido para a investidura no cargo, conforme consta nos anexos II e III deste Edital, de acordo com a área para a qual foi nomeado.

15.1.7 ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da posse;

15.1.8 ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;

15.1.9 não estar cumprindo qualquer sanção que impossibilite a investidura no cargo.

15.2 No caso de estrangeiro, deverá estar em situação regular no país, comprovado pelo visto permanente, sendo exigido apenas os requisitos constantes nos subitens 15.1.1, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8.

15.2.2 A permanência do estrangeiro no quadro docente da Universidade fica condicionada à apresentação e manutenção do visto permanente.

15.3 Os títulos acadêmicos obtidos no exterior deverão estar revalidados no Brasil, na forma da lei.

15.4 O candidato, na solicitação de inscrição, declarará que tem ciência dos documentos exigidos para a investidura no cargo e que, caso aprovado, os apresentará por ocasião da posse.

15.5 É de responsabilidade exclusiva do candidato, sob as penalidades da lei, a veracidade dos documentos e informações fornecidas para a investidura do cargo, dispondo a Ufac do direito de excluir do concurso, a qualquer tempo, o candidato que apresente falsa declaração ou documentação.

15.6 Se aprovado e nomeado para provimento de vaga, o candidato deverá submeter-se ao exame admissional promovido pela Ufac, que terá decisão terminativa sobre a aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.

15.7 A Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (Prodgep) publicará no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>> a relação dos exames e laudos, às expensas do candidato, que deverão ser apresentados por ocasião do exame admissional.

15.8 O não comparecimento ao exame admissional, bem como a não apresentação da documentação exigida no ato convocatório acarretará a perda do direito à vaga.

16 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e suas alterações, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

16.2 Em todas as fases do concurso é imperativa a observação das normas que o regem, e o descumprimento do Edital implicará a eliminação do candidato no certame.

16.3 Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do começo e inclui-se o dia do vencimento.

16.4 O prazo de validade do concurso é de 02 (dois) anos, contado a partir da data de publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período.

16.5 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao Concurso, que deverá observá-los rigorosamente.

16.6 Não serão fornecidas informações e documentos pessoais de candidatos a terceiros, em atenção ao disposto no art. 31 da Lei 12.527/2011.

16.7 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (modelo com foto).

16.8 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidão de nascimento, CPF, título eleitoral, carteira de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

16.9 Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo de solicitação do documento.

16.10 Para a identificação da prova escrita serão aceitos apenas documentos de identificação físicos (impressos), visto a impossibilidade de utilização de equipamentos eletrônicos durante a realização da prova.

16.11 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido há, no máximo, 90 (noventa) dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados e de assinaturas em formulário próprio.

16.12 Além das hipóteses já elencadas neste Edital, será automaticamente eliminado do processo seletivo, em decorrência da anulação de suas provas, o candidato que durante a realização das provas:

16.12.2 for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução das provas;

16.12.3 utilizar-se de livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos ou que se comunicar com outro candidato;

16.12.4 for surpreendido portando aparelhos eletrônicos ou outros objetos similares, tais como wearable tech, máquinas calculadoras, agendas eletrônicas e(ou) similares,

telefones celulares, smartphones, tablets, ipods, gravadores, pen drive, mp3 e(ou) similar, relógio de qualquer espécie, alarmes, chaves com alarme ou com qualquer outro componente eletrônico, fones de ouvido e(ou) qualquer transmissor, gravador e(ou) receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens etc.;

16.12.4.1 com exceção do relógio de qualquer espécie, no caso específico para a prova de didática, porém, atendendo o item 9.7.3, deste Edital.

16.12.5 faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas ou da banca examinadora, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;

16.12.6 fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio;

16.12.7 não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;

16.12.8 afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;

16.12.9 ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas ou a folha de rascunho;

16.12.10 descumprir as instruções contidas no caderno de provas, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo;

16.12.11 perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, comportando-se indevidamente;

16.12.12 utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter a própria aprovação ou a aprovação de terceiros em qualquer etapa do processo seletivo;

16.12.13 não permitir a coleta de sua assinatura;

16.12.14 for surpreendido portando caneta fabricada em material não transparente;

16.12.15 for surpreendido portando anotações em papéis que não os permitidos;

16.12.16 for surpreendido portando qualquer tipo de arma;

16.12.17 recusar-se a ser submetido ao detector de metal;

16.12.18 permanecer na sala de aplicação de provas utilizando óculos escuros, protetor auricular, lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e(ou) borracha;

16.12.19 Permanecer na sala usando quaisquer acessórios de chapalaria, tais como chapéu, boné, gorro etc.;

16.12.20 for surpreendido durante a aplicação de prova com objetos pessoais no bolso (carteiras, papéis, anotações etc.).

16.13 A Comissão Geral de Concurso será sediada em:

16.13.2 Rio Branco: Bloco Esther de Figueiredo Ferraz (Bloco da Pró-Reitoria de Graduação), Sala da Comissão Geral de Concurso, primeiro piso, *Campus* Universitário de Rio Branco, BR-364, Km 04, Bairro Distrito Industrial.

16.14 Os interessados poderão entrar em contato com a Comissão Geral de Concurso para esclarecer dúvidas exclusivamente pelo e-mail: <concurso.docente@ufac.br>.

16.15 A nomeação dos aprovados será publicada no Diário Oficial da União e divulgada no endereço eletrônico <<http://www2.ufac.br/editais>>.

16.16 A Ufac poderá ceder o cadastro de candidatos aprovados para outras Instituições Federais de Ensino Superior, observado o interesse institucional e a legislação vigente.

16.17 A Ufac poderá nomear os candidatos aprovados e excedentes ao número de vagas previsto neste Edital para lotação em outra área que exigir igual perfil, ou em outro *campus* no qual exista vaga na área em que se deu sua aprovação, ou outra área que exigir igual perfil, observada a ordem de classificação e desde que previamente aceito pelo candidato.

16.17.2 A aceitação pelo candidato em ser nomeado para outro *campus* ou área implicará na renúncia à sua classificação na área inicial de aprovação.

16.18 Os casos omissos serão resolvidos pela Pró-Reitoria de Graduação.

16.19 O Anexo I (Cronograma de Atividades), Anexo II (Quadro de Vagas do *Campus* de Rio Branco), o Anexo III (Quadro de Vagas do *Campus* de Cruzeiro do Sul), o Anexo IV (Quadro contendo a sequência de nomeação para vagas que vierem a surgir na validade deste concurso), o Anexo V (Conteúdos Programáticos e Bibliografias Sugeridas), o Anexo VI (Planilha de Avaliação da Prova Didática) e o Anexo VII (Planilha de Pontuação da Prova de Títulos) estão disponíveis no endereço eletrônico <[Edital Prograd nº 28/2023 - Concurso Público de Provas e Títulos para o Cargo Efetivo de Professor da Carreira de Magistério Superior — Universidade Federal do Acre Editais e Concursos \(ufac.br\)](#)>, e integram o presente Edital.

Rio Branco/AC, 10 de maio de 2023.

EDNACELÍ ABREU DAMASCENO

Pró-Reitora de Graduação

EDITAL Nº 28/2023–PROGRAD

ANEXO I

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO CONCURSO PÚBLICO	
ATIVIDADE	DATA
Período de inscrição para candidatos com o título de Doutor	12/05/2023 a 05/06/2023
Período para solicitar atendimento especial	12/05/2023 a 05/06/2023
Período para requerer isenção da taxa de inscrição	12/05/2023 a 19/05/2023
Publicação do resultado preliminar da isenção da taxa de inscrição	23/05/2023
Período para recurso do indeferimento da taxa de isenção	24/05/2023
Publicação do resultado final da isenção da taxa de inscrição	26/05/2023
Data limite para pagamento da taxa de inscrição	06/06/2023
Publicação do resultado preliminar das inscrições deferidas e indeferidas e atendimento especial	07/06/2023
Período de recurso de inscrições e atendimentos especiais indeferidos	08/06/2023 a 09/06/2023
Publicação do resultado final de inscrições e atendimento especial deferidos	12/06/2023
Publicação do Edital Complementar para Candidatos com o título de Mestre*	
Publicação da relação final dos inscritos por titulação e modalidade	19/07/2023
Publicação da composição das bancas examinadoras	19/07/2023
Período para os candidatos arguirem impedimento ou suspeição dos membros das bancas examinadoras	24/07/2023 e 25/07/2023
Publicação do resultado da arguição de impedimento ou suspeição dos membros das bancas examinadoras	28/07/2023
Publicação dos locais de realização da prova escrita	11/08/2023
Aplicação prova escrita	27/08/2023, das 8h às 12h
Convocação para o sorteio dos temas da prova didática	Ao término da prova escrita, 27/08/2023.
Período de sorteio dos temas da prova didática	28/08/2023 a 05/09/2023
Aplicação prova didática (24h após a realização do sorteio do tema)	29/08/2023 a 06/09/2023
Publicação dos resultados preliminares das provas escrita e didática	12/09/2023
Data para os candidatos solicitarem acesso às suas avaliações das provas escrita e didática	13/09/2023
Período para interposição de recurso contra os resultados das provas escrita e didática	15/09/2023

Publicação do resultado final das provas escrita e didática	26/09/2023
Período para os candidatos enviarem de forma eletrônica a documentação para a prova de títulos	28/09/2023 a 29/09/2023
Publicação do resultado preliminar da prova de títulos	05/10/2023
Período para interposição de recurso contra o resultado preliminar da prova de títulos	09/10/2023
Publicação do resultado final da prova de títulos e do resultado consolidado das avaliações e classificação dos candidatos	17/10/2023
Recurso contra o resultado consolidado das avaliações e classificação dos(as) candidatos(as)	18/10/2023
Convocação para a heteroidentificação dos inscritos para a cota destinada aos(as) candidatos(as) negros(as)	18/10/2023
Procedimento de heteroidentificação dos inscritos para a cota destinada aos(as) candidatos negros	23/10/2023
Publicação do resultado preliminar do procedimento de heteroidentificação	24/10/2023
Período para recurso contra o resultado do procedimento de heteroidentificação	25/10/2023
Publicação do resultado final do procedimento de heteroidentificação	26/10/2023
Aprovação do resultado final do Concurso Público pela Assembleia de Centro	30/10/2023
Publicação do resultado final do Concurso Público	31/10/2023
Período para os candidatos solicitarem acesso às informações do Concurso Público	01/11/2023
Período para recurso junto ao CONSU	06/11/2023 a 10/11/2023
Publicar do Resultado Final no Diário Oficial da União para as áreas que não tiverem recurso ao CONSU.	14/11/2023

EDITAL Nº 28/2023–PROGRAD
ANEXO II
VAGAS DESTINADAS AO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RIO BRANCO

1. As áreas de pós-graduação exigidas para o perfil dos candidatos são baseadas na Tabela de Áreas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, de acordo com a Resolução Reitoria nº 004, de 07 de janeiro de 2016 e posteriores alterações.
2. As vagas contidas neste anexo são destinadas para provimento no Campus Universitário de Rio Branco, de acordo com as áreas definidas a seguir:

CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA NATUREZA – CCBN									
Código	Área	Perfil para investidura no cargo	Regime de trabalho	Vaga (s)			Cadastro de Reserva		
				Geral	Pessoa com deficiência	Negros	Geral	Pessoa com deficiência	Negros
01	Anatomia Animal	Doutorado em Anatomia ou Morfologia Animal ou Ciência Animal ou Medicina Veterinária ou Ciências Veterinárias ou Biologia Animal ou Sanidade e Produção Animal, com Graduação em Medicina Veterinária ou Ciências Biológicas ou Zootecnia.	DE	01	*	*	02	01	01
02	Clínica Médica e Cirúrgica de Animais Silvestres	Doutorado em Clínica Médica Veterinária ou Cirurgia Veterinária ou Medicina Veterinária ou Ciências Veterinárias ou Ciência Animal ou Sanidade e Produção Animal ou Animais Selvagens, com Graduação em Medicina Veterinária.	DE	01	*	*	02	01	01
03	Clínica Médica e Cirúrgica de Grandes Animais	Doutorado em Medicina Veterinária ou Ciências Veterinárias ou Ciência Animal ou Clínica de Grandes Animais ou Cirurgia Veterinária ou Sanidade e Produção Animal, com Graduação em Medicina Veterinária.	DE	01	*	*	02	01	01
04	Diagnóstico por Imagem	Doutorado em Medicina Veterinária ou Ciências Veterinárias ou Ciência Animal ou Clínica Veterinária ou Cirurgia Veterinária ou Diagnóstico por Imagem ou Sanidade e Produção Animal ou Animais Selvagens, com Graduação em Medicina Veterinária.	DE	01	*	*	02	01	01

05	Economia, Política e Legislação Rural	Doutorado em Economia ou Ciências Econômicas ou Economia Aplicada ou Economia Rural/Agrícola ou Economia do Desenvolvimento ou Desenvolvimento Econômico ou Desenvolvimento Rural ou Desenvolvimento Rural Sustentável ou Desenvolvimento Sustentável ou Desenvolvimento Regional ou Agronegócio ou Agronomia ou Engenharia Agrônômica ou Produção Vegetal, com Graduação em Engenharia Agrônômica ou Engenharia Florestal ou Economia ou Ciências Econômicas ou Administração ou Agronegócio.	DE	01	*	*	02	01	01
06	Farmacologia e Anestesiologia Veterinária	Doutorado em Medicina Veterinária ou Ciência Animal ou Ciências Veterinárias ou Farmacologia ou Anestesiologia ou Ciências Biológicas ou Sanidade e Produção Animal, com Graduação em Medicina Veterinária.	DE	*	*	01	02	01	01
07	Microbiologia, Imunologia e Epidemiologia Veterinária	Doutorado em Microbiologia ou Doenças Infecciosas ou Ciência Animal ou Medicina Veterinária ou Ciências Veterinárias ou Sanidade e Produção Animal, com Graduação em Medicina Veterinária.	DE	01	*	*	02	01	01
08	Química Orgânica	Doutorado em Química ou Química Orgânica ou Interdisciplinar com ênfase em Química/Química Orgânica, com Graduação em Química ou Engenharia Química.	DE	01	*	*	02	01	01
09	Reprodução Animal	Doutorado em Reprodução Animal ou Biotecnologia ou Ciência Animal ou Ciências Biológicas ou Medicina Veterinária ou Ciências Veterinárias ou Sanidade e Produção Animal, com Graduação em Medicina Veterinária.	DE	01	*	*	02	01	01

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS - CCET									
Código	Área	Perfil para investidura no cargo	Regime de trabalho	Vaga (s)			Cadastro de Reserva		
				Geral	Pessoa com deficiência	Negros	Geral	Pessoa com deficiência	Negros
10	Estatística	Doutorado em: Estatística; ou Estatística e Experimentação Agrônômica; ou Estatística e Experimentação Agropecuária; ou Biometria; ou Estatística Aplicada e Biometria; ou Biometria e Estatística Aplicada; com graduação em: Estatística ou Matemática (licenciatura ou bacharelado) ou Engenharia Civil ou Engenharia Agrônômica ou Engenharia Florestal ou Engenharia Elétrica ou Economia ou Física (licenciatura ou bacharelado) ou Estatística e Ciência de dados ou Ciência de dados ou Sistemas de Informação ou Engenharia de Software ou Ciência da Computação ou Engenharia da Computação.	DE	*	*	01	02	01	01
11	Matemática	Doutorado em Matemática ou Matemática Aplicada ou Ciências – Matemática, com graduação em Matemática ou Matemática Aplicada.	DE	*	*	01	02	01	01
12	Engenharia Civil - Geotecnia e Transporte I	Doutorado em Engenharia Civil ou Engenharia Sanitária ou Engenharia de Transportes, com Graduação em Engenharia Civil.	DE	01	*	*	02	01	01

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS – CCJSA									
Código	Área	Perfil para investidura no cargo	Regime de trabalho	Vaga (s)			Cadastro de Reserva		
				Geral	Pessoa com deficiência	Negros	Geral	Pessoa com deficiência	Negros
13	Economia	Doutorado em Economia, com Graduação em Economia.	DE	*	*	01	02	01	01

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH									
Código	Área	Perfil para investidura no cargo	Regime de trabalho	Vaga (s)			Cadastro de Reserva		
				Geral	Pessoa com deficiência	Negros	Geral	Pessoa com deficiência	Negros
14	Ensino de História e Estágio Curricular Supervisionado do Ensino de História	Doutorado em História, ou Doutorado Profissional em Ensino de História, ou Doutorado em Educação, com Graduação (Licenciatura) em História	DE	*	01	*	02	01	01
15	Geografia Física	Doutorado em Geografia, com Graduação em (Licenciatura ou Bacharelado) Geografia.	DE	01	*	*	02	01	01
16	História e Historiografia Brasileira	Doutorado em História, ou Doutorado Profissional em Ensino de História com Graduação (Licenciatura e/ou Bacharelado) em História.	DE	*	01	*	02	01	01
17	História e Patrimônio Histórico-Cultural e Natural	Doutorado em História, ou Doutorado Profissional em Ensino de História, ou Doutorado em Memória e Patrimônio, ou Doutorado em Patrimônio Cultural e Sociedade ou Doutorado em Arqueologia, com Graduação (Licenciatura ou Bacharelado) em História.	DE	01	*	*	02	01	01
18	Novas Mídias e Imagens	Doutor em Comunicação Social e/ou Jornalismo, com graduação em Comunicação Social e/ou Jornalismo.	DE	01	*	*	02	01	01
19	Processos Clínicos e avaliativos	Doutor em Psicologia com Graduação em Psicologia (Bacharelado ou Formação).	DE	01	*	01	04	01	02
20	Psicologia Social: comunidades, movimentos sociais e Políticas Públicas	Doutorado em Psicologia com Graduação em Psicologia (Bacharelado ou Formação).	DE	02	*	*	04	01	02

* Não haverá reserva de vagas para pessoas com deficiência e negros, em virtude do quantitativo oferecido.

EDITAL Nº 28/2023–PROGRAD

ANEXO III

VAGAS DESTINADAS AO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CRUZEIRO DO SUL

1. As áreas de pós-graduação exigidas para o perfil dos candidatos são baseadas na Tabela de Áreas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, de acordo com a Resolução Reitoria nº 004, de 07 de janeiro de 2016 e posteriores alterações.
2. As vagas contidas neste anexo são destinadas para provimento no Campus Universitário de Cruzeiro do Sul, de acordo com as áreas definidas a seguir:

CENTRO DE EDUCAÇÃO E LETRAS - CEL									
Código	Área	Perfil para investidura no cargo	Regime de trabalho	Vaga (s)			Cadastro de Reserva		
				Geral	Pessoa com deficiência	Negros	Geral	Pessoa com deficiência	Negros
21	Língua Inglesa e Respectivas Literaturas	Doutorado em Letras ou Linguística ou Linguística Aplicada ou Estudos Linguísticos ou Linguagens ou Ensino ou Tradução, com Graduação em Licenciatura em Letras: Inglês ou Letras: Português/Inglês.	DE	01	*	*	02	01	01
22	Linguagens	Doutorado em Letras ou Linguística ou Linguística Aplicada ou Estudos Linguísticos ou Linguagens ou Ensino, com Graduação em Licenciatura em Letras Português ou Linguística ou Licenciatura Indígena ou Licenciatura Intercultural Indígena.	DE	01	*	*	02	01	01

* Não haverá reserva de vagas para pessoas com deficiência e negros, em virtude do quantitativo oferecido.

EDITAL Nº 28/2023–PROGRAD

ANEXO IV

SEQUÊNCIA DE NOMEAÇÃO PARA VAGAS QUE VIEREM A SURGIR NA VALIDADE DESTE CONCURSO

1. Sequência de nomeação para vagas que vierem a surgir na validade deste concurso, observado o disposto nos itens 4.1, 4.2, 5.1 e 5.2 deste edital.

1ª Vaga	Ampla Concorrência
2ª Vaga	Ampla Concorrência
3ª Vaga	Negro
4ª Vaga	Ampla Concorrência
5ª Vaga	PcD
6ª Vaga	Ampla Concorrência
7ª Vaga	Ampla Concorrência
8ª Vaga	Negro
9ª Vaga	Ampla Concorrência
10ª Vaga	Ampla Concorrência
11ª Vaga	Ampla Concorrência
12ª Vaga	Ampla Concorrência
13ª Vaga	Negro
14ª Vaga	Ampla Concorrência
15ª Vaga	Ampla Concorrência
16ª Vaga	Ampla Concorrência
17ª Vaga	Ampla Concorrência
18ª Vaga	Negro
19ª Vaga	Ampla Concorrência
20ª Vaga	Ampla Concorrência
21ª Vaga	PcD
22ª Vaga	Ampla Concorrência
23ª Vaga	Negro
24ª Vaga	Ampla Concorrência
25ª Vaga	Ampla Concorrência
26ª Vaga	Ampla Concorrência
27ª Vaga	Ampla Concorrência
28ª Vaga	Negro
29ª Vaga	Ampla Concorrência
30ª Vaga	Ampla Concorrência
31ª Vaga	Ampla Concorrência
32ª Vaga	Ampla Concorrência
33ª Vaga	Negro
34ª Vaga	Ampla Concorrência
35ª Vaga	Ampla Concorrência
36ª Vaga	Ampla Concorrência
37ª Vaga	Ampla Concorrência
38ª Vaga	Negro
39ª Vaga	Ampla Concorrência
40ª Vaga	Ampla Concorrência
41ª Vaga	PcD
42ª Vaga	Ampla Concorrência
43ª Vaga	Negro
44ª Vaga	Ampla Concorrência
45ª Vaga	Ampla Concorrência

EDITAL Nº 28/2023–PROGRAD

ANEXO V

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA NATUREZA – CCBN

ÁREA 01 - ANATOMIA ANIMAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Anatomia do Sistema Ósseo dos Animais Domésticos;
2. Anatomia do Sistema Articular dos Animais Domésticos;
3. Anatomia do Sistema Muscular dos Animais Domésticos;
4. Anatomia do Sistema Digestório dos Animais Domésticos;
5. Anatomia do Sistema Respiratório dos Animais Domésticos;
6. Anatomia do Sistema Cardiovascular dos Animais Domésticos;
7. Anatomia do Sistema Urinário dos Animais Domésticos;
8. Anatomia do Sistema Reprodutor Feminino dos Animais Domésticos;
9. Anatomia do Sistema Reprodutor Masculino dos Animais Domésticos;
10. Anatomia do Sistema Nervoso Central e Periférico dos Animais Domésticos;
11. Anatomia do Sistema Nervoso Periférico dos Animais Domésticos.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

ARAUJO, J.C. Anatomia dos Animais Domésticos – Aparelho Locomotor. São Paulo: Manole. 1ª ed., 2003.
DYCE, K.M.; SACK, W. O.; WENSING, C. J. G. Tratado de Anatomia Veterinária. 5ª ed. São Paulo: ELSEVIER, 2019. 872p.

EVANS, H.E. Miller's anatomy of the dog. 3ed. Philadelphia: Saunders, 1993. 1113p.

FRANDSON, R.D.; WILKE, W.L.; FAILS, A.D. Anatomia e Fisiologia dos Animais da Fazenda. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 6ª ed., 2005.

GETTY, R. Anatomia dos Animais Domésticos. vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 5ª ed., 1986.

INTERNATIONAL COMMITTEE ON VETERINARY GROSS ANATOMICAL NOMENCLATURE. Nomina anatômica veterinária. 6.ed. Hannover, Columbia, Gent, Sapporo: Editorial Committee, 2017.

KONIG, H.E.; LIEBICH, H.G. Anatomia dos Animais Domésticos Texto e Atlas Colorido. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

NICKEL, R., SCHUMMER, A., SEIRFELE, A. The viscera of the domestic mammals; The circulatory system, the skin, and cutaneous organs of the domestic mammals. BerlinHamburg: Verlag Paul Parey, 1981.

NICKEL, R.; SCHUMMER, A.; SEIFERLE, E. The viscera of the domestic mammals. 2. Ed. Berlin: paul parey, 1979, 401p.

POPESKO, P. Atlas de Anatomia Topográfica dos Animais Domésticos. 5ª ed. São Paulo: Manole, 2011.

REECE, W.O. Anatomia Funcional e Fisiologia dos Animais Domésticos. São Paulo: ROCA. 3ª ed., 2008.

ÁREA 02 - CLÍNICA MÉDICA E CIRÚRGICA DE ANIMAIS SILVESTRES

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Enriquecimento ambiental e reabilitação de animais silvestres.
2. Produção de animais silvestres e exóticos em cativeiro, para fins comerciais e de preservação.
3. Semiotécnicas de contenção física e química de animais silvestres e exóticos.
4. Abordagem clínica e cirúrgica de mamíferos silvestres e exóticos.
5. Abordagem clínica e cirúrgica de aves silvestres e exóticas.
6. Abordagem clínica e cirúrgica de répteis silvestres e exóticos.
7. Abordagem clínica e cirúrgica de animais aquáticos.
8. Doenças zoonóticas de animais silvestres e exóticos.
9. Doenças metabólicas e carenciais de animais silvestres e exóticos.
10. Exames complementares na medicina de animais silvestres e exóticos.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

- AURICCHIO, Paulo. Primatas do Brasil. Terra Brasilis Edit., São Paulo, 1995.
- COLES, B. H. Essentials of Avian medicine and surgery. 3 ed., Oxford: Blackwell publishing, 2007. 397 p.
- COELHO, R.M.P. Fundamentos em ecologia. Porto Alegre: Artmed, 2000. 256p.
- CUBAS, Z.S.; SILVA, J.C.R.; CATÃO-DIAS, J.L. Tratado de animais selvagens: Medicina Veterinária. São Paulo: Roca, 2014. 2512p.
- DEUTSCH, L.A. Animais silvestres: proteção, doenças e manejo. São Paulo: Globo, 1990. 191p.
- Encyclopedia of Life: <http://www.eol.org>
- FOWLER, M. E. & CUBAS, Z. S. Biology, Medicine, and Surgery of south American wild animals. Iowa state university: Ames, 2001. 536 p.
- ROMER, A. S. Osteology of the reptiles. Malabaar: Krieger, 1997. 772p.
- FOWLER, M. E., Zoo and Wild Animal Medicine. W.B. Saunders, Philadelphia, PA. 2006, 2003, 1999, 1993, 1986, 1978.
- FRANCISCO, Luis Roberto. Répteis do Brasil: Manutenção em Cativeiro. Gráfica e Editora Amaro Ltda., São José dos Pinhais, Curitiba, PR, 1997.
- GARDNER, A. L. Mammals of South America: Volume 1 Marsupials, Xenarthrans, Shrews, and Bats. Chicago Press, 2007. 669p.
- GIRLING, S. Veterinary nursing of exotic pets. Oxford: Blackwell publishing, 2003. 314p.
- GOULART, C.E.S. Herpetologia, Herpetocultura e Medicina de Répteis. Editora LF livros, 2004. IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA: <http://www.ibama.gov.br>.
- JACOBSON, E. R. Infectious diseases and pathology of reptiles: Color atlas and text. Florida: CRC Press, 2007. 716p.
- MADER, D.R.; BENNETT, R.A.; FUNK, R.S.; FITZGERALD, K.T.; VERA, R.; HERNANDEZ-DIVERS, S.J. Surgery. In: MADER, D.R. Reptile medicine and surgery. 2 ed. Saint Louis: Saunders Elsevier, 2006.
- MASSONE, Flavio. Anestesiologia Veterinária. Guanabara Koogan, 6ª Edição, 2011.
- METALIVROS (ed.). Atlas de conservação da natureza brasileira: unidades federais. São Paulo: Metalivros, 2004. 335p.

ÁREA 03 - CLÍNICA MÉDICA E CIRÚRGICA DE GRANDES ANIMAIS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Exame Clínico e Afecções dos Neonatos Equinos e Bovinos;
2. Cuidados no Parto com a égua prenha e o potro neonato;
3. Cuidados no Parto com a vaca prenha e o bezerro neonato;
4. Afecções do Sistema Nervoso de equinos e bovinos adultos;
5. Afecções da Pele e Anexos em equinos e bovinos;
6. Exame Clínico do Sistema Nervoso, Sistema Locomotor e suas afecções em equinos e bovinos;
7. Métodos Diagnósticos das Afecções do Sistema Nervoso Equino e bovino;
8. Métodos Diagnósticos das Afecções do Sistema Locomotor Equino e bovino;
9. Aspectos clínico-cirúrgicos do trato gastrointestinal em bovinos e equinos;
10. Aspectos clínico-cirúrgicos em procedimentos obstétricos em bovinos e equinos.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

- ALLEN, E. W. Fertilidade e obstetrícia Equina. São Paulo: Varela, 1995.
- ALLEN, E. W. Fertilidade e obstetrícia no cão. São Paulo: Varela. 2004.
- AUER, J.A.; STICK, J.A. Equine Surgery. 4ª.ed. Philadelphia: W.B Saunders Company, 2011. 1536p.
- BLOOD, G.R. & RADOSTITS, O.M. 1991. Clínica Veterinária. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1263p.
- DIRKSEN G. et al. Rosenberger – Exame Clínico dos bovinos, 3ªed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1990.
- FUBINI, S.L.; DUCHARME, N.G. Farm Animal Surgery. Philadelphia: W.B Saunders Company, 2016. 664p.
- JACKSON, P.G. Obstetrícia Veterinária. 2ª ed. São Paulo: Editora Roca, 2006.
- OLIVEIRA, R.B.; GODOY, S.A.P.; COSTA, F.B. Plantas Tóxicas. Conhecimento e Prevenção de Acidentes. Ed. Saraiva. 2006.
- PALHANO, Reprodução em bovinos: Fisiopatologia, Terapêutica, Manejo e Biotecnologia. Editora LF Livros. 2002.
- PUGH D. G., Clínica de Ovinos e Caprinos, 1ª ed. Editora Roca 2005.
- RADOSTITS, O.M. et al. Clínica Veterinária, 9ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2002.
- REED, B. Medicina Interna Equina. 1ª Ed. Guanabara Koogan, 2000.
- RIET-CORREA, F., SCHILD, A. L., MENDEZ, M. D. C. et al. Doenças de ruminantes e equinos. 2ª ed. São Paulo: Varela, 425p. v.12006.
- SMITH B.P. Medicina Interna de Grandes Animais, São Paulo, Manole, 3ªed. 2006.
- THOMASSIAN, Armen. Enfermidades dos cavalos. 4ª ed. São Paulo: Varela, 2005.
- TOKARNIA, C. H.; DÖBEREINER, J.; PEIXOTO, P. V. Plantas Tóxicas do Brasil. São Paulo: Varela. 2003.
- TONIOLLO, G. H; VICENTE W. R. R. Manual de obstetrícia veterinária. São Paulo: Varela 2003.

ÁREA 04 - DIAGNÓSTICO POR IMAGEM

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Semiologia do Sistema Locomotor em Pequenos Animais;
2. Princípios físicos, formação da imagem e aplicações da Ultrassonografia Doppler em pequenos e grandes animais;
3. Técnicas Radiográficas contrastadas;
4. Diagnóstico por Imagem dos ossos e articulações em cães e gatos;
5. Diagnóstico por Imagem da Coluna Vertebral;
6. Diagnóstico por Imagem do Sistema Respiratório;
7. Diagnóstico por Imagem do Sistema Cardiovascular;
8. Diagnóstico por Imagem do Sistema Digestivo;
9. Diagnóstico por Imagem do Sistema Urinário;
10. Diagnóstico por Imagem do Sistema Reprodutivo;
11. Diagnóstico por Imagem do Sistema Locomotor de equídeos.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

- BUTLER, J.A.; COLLES, C.M.; DYSON, S.J.; KOLD, S.E.; POULOS, P.W. Clinical radiology of the horse. 4th ed. Iowa: Wiley Blackwell, 2017. 808p.
- CARVALHO, C.F. Ultrassonografia em pequenos animais. 2 ed. São Paulo: Roca, 2014. 468p.
- FARROW, C.S. Veterinária diagnóstico por imagem do cão e gato. São Paulo: Roca, 2006. 768p.
- FELICIANO, M.A.R.; ASSIS, A.R.; VICENTE, W.R.R. Ultrassonografia em cães e gatos. São Paulo: MedVet, 2019. 726p.
- FELICIANO, M.A.R.; CANOLA, C.C.; VICENTE, W.R.R. Diagnóstico por Imagem em cães e gatos. São Paulo: MedVet, 2015. 730p.
- KEALY, J.K.; McALLISTER, H.; GRAHAM, J.P. Radiologia e ultrassonografia do cão e do gato. 5 ed. São Paulo: Elsevier, 2012. 600p.
- NYLAND, T.G.; MATTOON, J.S. Ultrassom diagnóstico em pequenos animais. 2 ed. São Paulo: Roca, 2005. 469p. PENNINCK, D.; D'ANJOU, M.A. Atlas de ultrassonografia de pequenos animais. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. 532p.
- THRALL, D.E. Diagnóstico de radiologia veterinária. 7 ed. São Paulo: Elsevier, 2019. 1000p.

ÁREA 05 - ECONOMIA, POLÍTICA E LEGISLAÇÃO RURAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Conceitos de agropecuária, agronegócio, agricultura familiar e cadeias agroindustriais;
2. Administração rural, fatores e funções administrativas;
3. Legislação aplicada à agropecuária;
4. Planejamento agropecuário, níveis, etapas e componentes;
5. Técnicas de elaboração, gerenciamento e avaliação de projetos agrícolas;
6. Gestão de custos agropecuários, noções de finanças e análise de investimentos agrícolas;
7. Noções de contabilidade rural;
8. Microeconomia: mercados e competição, demanda, oferta e equilíbrio, elasticidades e suas aplicações, teoria da produção, dos custos, formação de preços e estruturas de mercados agrícolas;
9. Macroeconomia: Noções de medidas de atividade econômica e os instrumentos de política econômica;
10. Tópicos de desenvolvimento rural.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

- BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e Política Agrícola**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- BACHA, C.J.C.; LIMA, R.A.S. **Macroeconomia: teorias e aplicações à economia brasileira**. Campinas: Editora Alínea, 2006.
- BUAINAIN, A. M. (Org.); ALVES, E. (Org.); SILVEIRA, J. M. F. J. (Org.) ; NAVARRO, Z. (Org.). **O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola**. 1º ed. Brasília/DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2014.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural: uma abordagem decisória**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- KAY, R. D.; EDWARDS, W. M.; DUFFY, P. A.; AMON, P. A. D. (Tradutor). **Gestão da propriedade rural**. 7 ed. AMGH. 2014.
- MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**. 8º ed. Tradução: Allan Vidigal Hastings, Elisete Paes e Lima, Ez2 Translate. Revisão técnica: Manuel José Nunes Pinto. São Paulo: Cengage, 2021.
- MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Agronegócio: Uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Education – Br, 2007.
- RESENDE, J. L. P. de; OLIVEIRA, A. D. de. **Análise econômica e social de projetos florestais**. 2.ed. Viçosa: UFV, 2001.
- SANTOS, Gilberto José dos; MARION, José Carlos; SEGATTI, Sonia. **Administração de custos na agropecuária**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- SILVA, R. A. G. da; (Autor), PACHECO, J. E. de C. (Editor). **Administração rural**. 3 ed. Juruá Editora. 2013.
- SILVA, Rui Correa da. **Planejamento e projeto agropecuário**. São Paulo: Érica, 2015.
- VARIAN, H.R. **Microeconomia: uma abordagem moderna**. 8º ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: PENSAR/USP, 2000.

ÁREA 06 - FARMACOLOGIA E ANESTESIOLOGIA VETERINÁRIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Exame pré-anestésico e preparo do paciente;
2. Recuperação anestésica e cuidados pós-anestésicos;
3. Fisiopatologia, reconhecimento e tratamento da dor: ferramentas, fármacos, mecanismos farmacológicos, técnicas;
4. Medicação pré-anestésica: princípios farmacológicos, fármacos e técnicas nas diferentes espécies domésticas;
5. Planos e Estágios anestésicos e monitorização anestésica;
6. Anestesia geral intravenosa: princípios farmacológicos, fármacos e técnicas nas diferentes espécies domésticas;
7. Anestesia geral inalatória: princípios farmacológicos, fármacos e técnicas nas diferentes espécies domésticas;
8. Anestesia dissociativa: princípios farmacológicos, fármacos e técnicas nas diferentes espécies domésticas;
9. Anestesia locorregional: princípios farmacológicos, fármacos e técnicas nas diferentes espécies domésticas;
10. Anestesia do paciente em condições especiais:
 - Paciente cardiopata;
 - Paciente com obstrução uretral;
 - Paciente hepatopata;
 - Paciente em sepse;
 - Equino com cólica.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

- CAMPOY, L.; READ, M. R. Small Animal Regional Anesthesia and Analgesia, Wiley-Blackwell, 2013.
- DiBARTOLA, S. P. Anormalidades de Fluidos, Eletrólitos e Equilíbrio Ácido-Básico na Clínica de Pequenos Animais.
3ª Ed., Rio de Janeiro: Roca, 2007.
- DOHERTY, T., VALVERDE, A. Anestesia e analgesia em equinos. São Paulo: Roca, 2006. 334 p.
- FANTONI, D. Tratamento da dor na clínica de pequenos animais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- FANTONI, D.T; CORTOPASSI, S. G. Anestesia em cães e gatos. 2. ed. São Paulo: Roca, 2010. 632p.
- KLAUMANN, P. R.; OTERO, P. E. Anestesia Locorregional em Pequenos Animais, Rio de Janeiro: Roca, 2013.
- LUMB & JONES. Anestesiologia e analgesia em veterinária / Kurt A. Grimm... [et al.]; Revisão técnica Flavio Massone; Tradução Idilia Vanzellotti, Patricia Lydie Voeux, Roberto Thiesen. 5. ed. São Paulo: Editora Roca, 2017.
- LUNA, S. P. L.; CARREGARO, A. B. Anestesia e Analgesia em Equídeos, Ruminantes e Suínos. Medvet, 2018.
- MASSONE, F. Anestesiologia veterinária – farmacologia e técnicas. Texto e atlas colorido. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 571p.
- NATALINI, C. C. Teorias e técnicas em anestesiologia veterinária. Porto Alegre: Artmed, 2007. 293 p.
- SPINOSA, H. S., GÓRNIK, S. L., BERNARDI, M. M. Farmacologia aplicada à medicina veterinária. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. 848 p.

ÁREA 07 - MICROBIOLOGIA, IMUNOLOGIA E EPIDEMIOLOGIA VETERINÁRIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Biossegurança – boas práticas laboratoriais, classificação de risco, níveis de biossegurança, gerenciamento de resíduos, organismos convencionais e geneticamente modificados;
2. Classificação, morfologia, fisiologia e genética bacteriana;
3. Controle de microrganismos e resistência antimicrobiana;
4. Identificação de bactérias, fungos e vírus de interesse à medicina veterinária;
5. Resposta imune natural e adaptativa;
6. Hipersensibilidades e imunodeficiências;
7. Imunodiagnóstico, imunoterapia e imunoprofilaxia;
8. Amostragem e interpretação de testes diagnósticos em populações animais;
9. Epidemiologia descritiva, analítica e experimental – estudos epidemiológicos;
10. Distribuição temporal e espacial das doenças.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

- ABBAS, A.K.; LICHTMAN, A.W.; PILLAI, S. *Imunologia Celular e Molecular*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019. 576p.
- MCVEY, D.S.; KENNEDY, M.; CHENGOPPA, M.M. *Microbiologia Veterinária*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. 632p.
- QUINN, P.J.; MARKEY, B.K.; LEONARD, F.C.; FITZPATRICK, E.S.; FANNING, S. *Microbiologia Veterinária Essencial*. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2018. 208p.
- ROTHMAN, K.J.; GREENLAND, S.; LASH, T. *Epidemiologia Moderna*. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 888p.
- ROUQUAYROL, M.Z.; SILVA, M.G.C. *Epidemiologia e Saúde*. 8ª ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2018. 752p.
- SCUTTI, J.A.B. *Fundamentos da Imunologia*. São Paulo: Rideel, 2016. 472p.
- THRUSFIELD, M. *Epidemiologia Veterinária*. 2ª ed. São Paulo: Roca, 2004. 556p.
- TIZARD, I. *Imunologia Veterinária: Uma Introdução*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019. 552p.
- TRABULSI, L.R.; ALTERTHUM, F. *Microbiologia*. 6ª ed. São Paulo: Atheneu, 2015. 912p.

ÁREA 08 - QUÍMICA ORGÂNICA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Estrutura e ligações de compostos de carbono correlacionando com as propriedades físicas, geometria e forças de acidez e basicidade;
2. Análise conformacional de alcanos e cicloalcanos, estereoquímica e configuração;
3. Interações intermoleculares correlacionadas às estruturas e suas propriedades físicas e químicas;
4. Reações de substituições nucleofílicas e eliminações alifática;
5. Reações de adição às ligações múltiplas carbono-carbono;
6. Reações de adição de nucleofílica ao grupo carbonila de aldeídos e cetonas;
7. Reações de substituição nucleofílica (adição-eliminação) no carbono acílico;
8. Reações de substituição aromática eletrofílica;
9. Reações de condensação aldólica aos aldeídos e cetonas;
10. Determinação estrutural por métodos espectroscópicos e espectrométricos de elucidação estrutural.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

McMURRY, J. Química Orgânica: Combo. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016. p. 784 (v. 1 e 2).

SOLOMONS, T. W. G.; FRYHLE, C. B. Química Orgânica. 9. ed. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos. 2009, v. 1 e 2.

ÁREA 09 - REPRODUÇÃO ANIMAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Placentação e anexos placentários em ruminantes e equinos;
2. Parto eutócico e distócico nas espécies domésticas;
3. Intervenções obstétricas nas espécies domésticas;
4. Neuroendocrinologia da reprodução nas espécies domésticas;
5. Biotecnologias reprodutivas aplicadas à reprodução animal;
6. Morfofisiologia do sistema genital do macho;
7. Patologias do sistema reprodutor do macho;
8. Coleta, análise e preservação espermática nas espécies domésticas;
9. Métodos de seleção no melhoramento genético animal;
10. Sistemas de acasalamento no melhoramento genético animal.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

- APPARÍCIO, M.; VICENTE, W. R. R. Reprodução e obstetrícia em cães e gatos. vol. 1. São Paulo - SP: MedVet, 2015.480p.
- HAFEZ, B.; HAFEZ, E. S. E. Reprodução animal. 7ª ed. São Paulo: Manole, 2004. 513p.
- NASCIMENTO, E. F.; SANTOS, R. L. Patologia da reprodução dos animais domésticos. 4ª ed. Rio de Janeiro - RJ: Guanabara Koogan, 2021. 160p.
- GRUNERT, E.; BIRGEL, E. H.; VALE, G. W. Patologia e clínica da reprodução dos animais domésticos – Ginecologia. São Paulo – SP: VARELA, 2005. 552p.
- ENGELKING, L. R. Fisiologia endócrina e metabólica em medicina veterinária. São Paulo – SP: Roca, 2010. 184p. FELICIANO, M. A. R. F.; OLIVEIRA, M. E. F.; VICENTE, W. R. R. Ultrassonografia na reprodução animal. São Paulo - SP: MedVet, 2013. 191p.
- REY, W. B. Reprodução em éguas para veterinários de equinos. São Paulo – SP: Roca, 2011. 240p.
- SORRIBAS, C. E. Emergências e afecções frequentes do aparelho reprodutor em cães. Vol. 1. São Paulo - SP: MedVet, 2009. 136p.
- BALL, P. J. H.; PETERS, A. R. Reprodução em bovinos. 3ª ed. São Paulo - SP: Roca, 2006. 232p.
- MIES FILHO, A. Reprodução dos animais e inseminação artificial. 6ª ed. Porto Alegre - RS: Sulina, 1987. 359p.
- ROSENBERGER, G. Exame clínico dos bovinos. Rio de Janeiro - RJ: Guanabara Koogan, 1993, 419p.
- GONÇALVES, P. B. D.; FIGUEIREDO, J. R.; FREITAS, V. J. F. Biotécnicas aplicadas à reprodução animal. São Paulo – SP: Varela, 2002. 340p.
- APPARICIO, M.; VICENTE, W. R. R. Reprodução e obstetrícia em cães e gatos. São Paulo - SP: MedVet, 2014. 458p. GALINA, C.; PIMENTEL, C. A.; NEVES, J. P.; MORAES, J. C. F.; HENKES, L. E.; GONÇALVES, P. B.; WEIMER, T. Avanços na reprodução bovina. Pelotas – RS: Editora Universitária, UFPEL/PELOTAS, 1999. 111p.
- HENRY, M.; NEVES, J. P. Manual para exame andrológico e avaliação do sêmen animal. 2ª ed. Colégio Brasileiro de Reprodução Animal. Belo Horizonte - MG: CBRA, 1998. 49p.
- PALHANO, H. B. Reprodução em bovinos: fisiopatologia, terapêutica, manejo e biotecnologia. 2ª ed. Rio de Janeiro RJ: L. F. Livros, 2008. 249p.

PFEIFER, L. F. M.; FERREIRA, R. Ginecologia e ultrassonografia reprodutiva em bovinos. Brasília - DF: Embrapa, 2015. 167 p.

GAMA, L. T. Melhoramento genético animal. Lisboa - PO: Escolar, 2002. 306p.

PEREIRA, J. C. C. Melhoramento genético aplicado à produção animal. Belo Horizonte - MG: FEPMVZ/UFMG, 2008. 618p.

KINGHOR, B.; VANDER WERF, J.; RYAN, M. Melhoramento animal - uso de novas tecnologias. Piracicaba - SP: FEALQ, 2006. 367p.

NICHOLAS, F. W. Introdução à genética veterinária. 3ª ed. Porto Alegre – RS: Artmed, 2011. 344p.

OTTO, P. G. Genética básica para veterinária. 5ª ed. São Paulo - SP: Roca, 2012. 336p.

TURCO, C. P. Melhoramento genético ao alcance do produtor: bovinocultura de corte. Bebedouro – SP: Scot Consultoria, 2006. 169p.

ALMEIDA, J. M. Embriologia veterinária comparada. Rio de Janeiro - RJ: Guanabara Koogan, 1999. 178p.

GARCIA, S. M. L.; JECKEL NETO, E.; FERNANDES, G. C. Embriologia. Porto Alegre - RS: Artes Médicas, 1991. 640p.

HYTTEL, P.; SINOWATZ, F.; VEJLSTED, M. Embriologia veterinária. Rio de Janeiro - RJ: Elsevier, 2012. 472p.

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS – CCET

ÁREA 10 - ESTATÍSTICA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Probabilidade:

- Axiomas básicos da probabilidade;
- Probabilidade condicional, independência e o Teorema de Bayes;
- Variáveis aleatórias discretas: Bernoulli, Binomial, Poisson, Geométrica e Hipergeométrica;
- Variáveis aleatórias contínuas: Distribuição Normal; Distribuição t-Student; Distribuição Exponencial; Distribuição F;
- Distribuição Gama e Distribuição Beta. **Inferência Estatística:**
- Estimação por Máxima Verossimilhança;
- Estimação por mínimos quadrados;
- Estimação pontual e intervalar;
- Testes de Hipóteses paramétricos.

Estatística Descritiva:

- Medidas de posição e dispersão, assimetria e curtose;
- Análise de gráficos estatísticos: Barras ou colunas; setores; Box-plot; ramo e folhas.

Estatística Experimental:

- Delineamentos Inteiramente Casualizados; • Delineamentos em Blocos Casualizados;
- Esquema Fatorial.

Regressão Linear:

- Regressão Linear Simples: Inferência sobre os parâmetros;
- Regressão Linear Múltipla: Inferência sobre os parâmetros. **Amostragem:**
- Tamanho da amostra para estimar a média e a proporção;
- Técnicas de amostragem: Aleatória simples, sistemática, estratificada e conglomerados.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

- AGRESTI, A.; FINLAY, B. **Métodos estatísticos para as Ciências Sociais**. Porto Alegre: Penso, 2012.
- BANZATTO, D. A.; KRONKA, S. D. **Experimentação agrícola**. 4ª ed. Jaboticabal, SP: Funep, 2013. 237p.
- BOLFARINE, H. BUSSAB, W. O. **Elementos de Amostragem**. 1ª Ed. São Paulo: Blucher, 2005, 290p.
- BUSSAB, W.O.; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2005. 526 p.
- CHARNET, R. et al. **Análise de modelos de regressão linear com aplicação**. Campinas, SP: Unicamp, 354 p. 1999 .
- COSTA NETO, P. L. O. **Estatística**. 2º ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2002.
- COSTA NETO, P.L.O; CYMBALISTA, M. **Probabilidades**. São Paulo: Edgard Blucher, 2005.
- FERREIRA, D. F. **Estatística Básica**. Editora UFLA, Lavras, 2005. 676p.
- MAGALHÃES, M. N. **Probabilidade e variáveis aleatórias**. 3ª Ed. São Paulo: EdUSP, 2015. 424p.
- MEYER, P. L. **Probabilidade: Aplicações à Estatística**. 2ª ed. São Paulo: LTC, 2012. 426p.
- MOOD, A.M.; GRAYBILL, F.A.; BOES, D.C. **Introduction to the Theory of Statistics**. McGraw-Hill Book Company. Third Edition. 1974. 562p.
- PIMENTEL-GOMES, F. **Curso de estatística experimental**. 15ª ed. Piracicaba, SP: FEALQ, 2009. 451P.
- PINHEIRO, J.I.D.; CUNHA, S.B.; CARVAJAL, S.R.; GOMES, G.C. **Estatística Básica: a arte de trabalhar**

com dados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

ROSS, S. **Probabilidade: um curso moderno com aplicações.** Porto Alegre: Bookman, 2010.

SILVA, N. N. **Amostragem probabilística: Um curso introdutório.** Edusp. 3ª Ed. 2015.

OGLIARI, P. J.; ANDRADE, D. F. **Estatística básica para as ciências agronômicas e biológicas.** Santa Catarina, 2005.

VIEIRA, S. **Análise de Variância (ANOVA).** São Paulo: Editora Atlas, 2006.

VIEIRA, S. **Introdução à Bioestatística.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1981.

ÁREA 11 - MATEMÁTICA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1. Análise:** Sequências e Séries de Números Reais; Noções de Topologia da Reta; Limites de Funções; Funções Contínuas; Derivadas e Aplicações; Máximos e Mínimos; Esboços de Gráfico de Funções Reais; Teorema da Função Inversa e Implícita; Integral de Riemann e Aplicações.
- 2. Análise Complexa:** Funções Analíticas, Equações de Cauchy-Riemann, Funções Harmônicas; Teorema de Cauchy-Goursat e Aplicações; Fórmula Integral de Cauchy e Aplicações; Séries de Potência: Séries de Taylor e Laurent; Resíduos e Pólos; Teorema dos Resíduos e Aplicações.
- 3. Geometria Diferencial:** Curvas Parametrizadas Regulares; Teorema Fundamental da Teoria Local das Curvas; Superfícies Regulares; Funções Diferenciáveis sobre Superfícies; Primeira Forma Fundamental; A Aplicação Normal de Gauss; Geometria Intrínseca; Teorema Egregium de Gauss; Geodésicas; Teorema de Gauss-Bonnet.
- 4. Equações Diferenciais Ordinárias:** Equações Diferenciais Lineares de 1ª e 2ª ordens; Soluções e Problemas de Valores Iniciais; Aplicações; Teorema de Existência e Unicidade.
- 5. Álgebra Linear:** Matrizes, Determinantes e Sistemas Lineares; Espaços Vetoriais de Dimensões Finitas; Aplicações Lineares; Diagonalização de Operadores; O Teorema Espectral para Operadores Auto-Adjunto e Operadores Normais.
- 6. Noções de Aritmética e Estruturas Algébricas:** Indução Finita; Divisibilidade e Algoritmo da Divisão; O Teorema Fundamental da Aritmética; Grupos e suas subestruturas; Teoremas de Sylow; Anéis e suas subestruturas; Anéis de Polinômios.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

Análise

ÁVILA, G. Análise Matemática para Licenciatura. 1. ed. São Paulo: E. Blücher, 2002. ÁVILA, Geraldo. Cálculo I e II: Funções de uma Variável. Rio de Janeiro. Livros Técnicos e Científicos. 1989.

ÁVILA, Geraldo. Cálculo III. Funções de Várias Variáveis. Rio de Janeiro. Livros Técnicos e Científicos Editora Ltda. 1980.

FIGUEIREDO, Djairo Guedes. Análise I. 2ª Ed. Editora LTC, 1996, 272 p. ISBN 8521610629.

GUIDORIZZI, H.: Um Curso de Cálculo (volumes 01,02,03 e 04). LTC, 2001.

LEITHOLD, L.: O Cálculo com Geometria Analítica (01 e 02 volumes). Harbra, 1994.

LIMA, E. L., "Análise Real, vol. I e II", Coleção Matemática Universitária (SBM), 2016.

LIMA, E. L., "Curso de Análise, vol. I", Projeto Euclides (IMPA), 2019.

LIMA, E. L., "Curso de Análise, vol. II", Projeto Euclides (IMPA), 2020.

RUDIN, W. Princípios de Análise Matemática. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1971. SWOKOWSKI, Earl W. Cálculo com Geometria Analítica. V. 01 e 02; Makron do Brasil Editora. 1995. São Paulo.

Análise Complexa

ÁVILA, Geraldo.S.S.. Variáveis complexas e aplicações. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos S.A e Editora., 1990.

CHURCHILL, Ruel.V.. Variáveis complexas e suas aplicações. São Paulo: Ed McGraw-Hill do Brasil Ltda, 1975.

FERNANDEZ, Cecília S. & BERNARDES JÚNIOR, Nilson C.. Introdução às funções de uma variável complexa. Rio de Janeiro: SBM, 2019.

SOARES, Marcio G.. Cálculo em uma variável complexa. Rio de Janeiro: IMPA, 2006.

Equações Diferenciais Ordinárias

BOYCE, W.E. & DIPRIMA, R.C.. Equações diferenciais elementares e problemas de valores de contorno. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

BRAUN, M.. Equações diferenciais e suas aplicações. Rio de Janeiro: Campus, 1979. FIGUEIREDO, Djairo Guedes; NEVES, Aloisio Freiria. Equações Diferenciais Aplicadas. 3ª Ed. Coleção Matemática Universitária - IMPA, 2018.

SOTOMAYOR, J.. Lições de equações diferenciais ordinárias. Rio de Janeiro: IMPA, 1979.

ZILL DENNIS G & CULLEN MICHAEL R.. Equações diferenciais. São Paulo, Makron, 2001. 2v.

Álgebra Linear

BOLDRINI, J. L.; Costa, S.I.R.; Ribeiro, V. L., Wetzler, H.G., Álgebra Linear. Harper-Row, São Paulo, 1980.

CALLIOLI, C.A; Domingues, H.H. e Costa, R.C.F., Álgebra Linear e Aplicações. 4ª edição, São Paulo, Atual, 1983.

GONÇALVES, Adilson de Sousa e Rita M. L.. Introdução À Álgebra Linear. Ed. Edgard Blücher Ltda.

HOFFMAN K. e R. KUNZE. Álgebra Linear. Livros Técnicos e Científicos, 1970.

KOLMAN, Bernard. Introdução à álgebra linear com aplicações. 6ª ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil.

LIMA, Elon L.: Álgebra Linear, Coleção Matemática Universitária, IMPA, Rio de Janeiro, RJ, 1996.

LIPSCHUTZ, Seymour. Álgebra Linear. Makron Books do Brasil Editora Ltda; Editora McGraw-Hill Ltda - (Coleção Schaum). São Paulo, 1994.

STEINBRUCH, A. Winterle, P.. Álgebra Linear. Makron Books.

Noções de Aritmética e Estruturas Algébricas

ALENCAR Filho, Edgard de. Teoria Elementar dos Números. Nobel, São Paulo, 1987.

DOMINGUEZ, H. e IEZZE, G.. Álgebra Moderna. 4. ed. São Paulo: Atual, 2004.

GARCIA, Arnaldo e LEQUAIN, Yves. Elementos de Álgebra. Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - Projeto Euclides, Rio de Janeiro, 2002.

GONÇALVES, A.. Introdução a Álgebra. Projeto Euclides, 4ª. Edição, IMPA, Rio de Janeiro, 1999.

HEFEZ, Abramo. Curso de Álgebra, Coleção Matemática Universitária, Volume 01, 2 ed., RJ, IMPA, CNPq, 1993.

MONTEIRO, L. H. JACY MONTEIRO. Elementos de Álgebra. 2ª ed. Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.: Rio de Janeiro, 1978.

SANTOS, José Plínio de Oliveira. Introdução à Teoria dos Números. Rio de Janeiro: IMPA, 2007.

ÁREA 12 - ENGENHARIA CIVIL - GEOTECNICA E TRANSPORTE I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Classificação e terminologia de máquinas rodoviárias: Características, operação e rendimento; Custos e produção horária de equipes; Orçamento rodoviário;
2. Engenharia de tráfego; Evolução, classificação de estudos e projetos de rodovias; Reconhecimento e Exploração de um traçado rodoviário; Estudo das características de uma estrada; Diagrama de Bruckner;
3. Drenagem: superficial e subterrânea; obra de arte: corrente e especial; obras complementares; Execução e Construção das superestruturas rodoviárias;
4. Métodos de dimensionamento de pavimentos flexíveis e rígidos; Controle da pavimentação e Ensaio Tecnológicos.
5. Levantamentos topográficos planialtimétricos; Equipamentos utilizados nos levantamentos topográficos; Desenho topográfico; Curva de nível;
6. Nortes, azimutes e cálculo analítico de coordenadas; Cálculo de áreas dos levantamentos topográficos; Sistemas de referência geodésicos; Métodos de Posicionamento GNSS.
7. Classificações dos solos; Índices físicos; compactação; Tensões dos solos;
8. Percolação de água em solos; Condutividade hidráulica em solos; Adensamento em solos;
9. Resistência ao cisalhamento em solos; Estabilidade de taludes; Empuxo de terra;
10. Métodos de investigação geotécnica; Resistência e deformabilidade de solos; Tipos, execução e capacidade de carga de fundações profundas e rasas.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

ABRAM; Isaac. Manual Prático de Terraplenagem; 1ª Ed.; São Paulo: Pini; 2000.

ALONSO, Urbano Rodrigues. Exercícios de Fundações. 2ª Edição. São Paulo, SP, 2010. ISBN: 9788521205371

ANTAS, Paulo Mendes. Estradas - Projeto Geométrico e de Terraplenagem. Editora Interciência, 2010.

BRAJA M. DAS; Fundamentos de Engenharia Geotécnica; Tradução da 7ª edição. Americana; SP: Editora Thomson Learning; 2011.

CAPUTO, H.P. Mecânica dos Solos e suas Aplicações, vols. 1, 2 e 3. Editora LTC, 7º ed. São Paulo, 2015.

CARVALHO, Marcos Dutra de, Dimensionamento de Pavimento de Concreto Rolado, Para Veículos Especiais. ABPv UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO – 25ª RAPv. Vol. III. 1991.

McCORMAC, J.; SARASUA, W.; DAVIS, W.; Topografia. Editora LTC, 6a. ed. Rio de Janeiro, 2019.

COMASTRI, J.A.; TULER, J.C. Topografia: altimetria. 3. ed. Viçosa, MG: Editora UFV, 2010.200p

COMASTRI, J.A. Topografia: planimetria. Viçosa, MG: Editora UFV, 1973.408 p.

CORDINI, C. L. J. Topografia contemporânea - Planimetria. Editora DAUFSC. Florianópolis: 1995, 320p.

ESPARTEL, L. Curso de Topografia. 8u ed. Editora Globo. Porto Alegre - Rio de Janeiro: 1982,655p.

FIORI, Alberto Pio; CARMIGNANI, Luigi. Fundamentos de Mecânica dos Solos e das Rochas, 2ª Edição, Editora: Oficina de Textos, 2009. ISBN: 9788573352122

GARCIA, G. J.; PIEDADE, G. C. R. Topografia Aplicada às Ciências Agrárias. Livraria NOBEL. S. A. São

Paulo: 1984, 256p.

GOMEZ, Elthon Thomé e outros. Pavimentação Urbana. Athalaia Gráfica e Editora. 2005.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Noções Básicas de Cartografia, Rio de Janeiro, 1998.

MEDINA, Jacques de, Mecânica dos Pavimentos. Livraria Triângulo Ed. LTDA. 1997.

MOTTA, Laura Maria Goretti. Dimensionamento de Pavimentos. Vol. II Fas2. ABPv. 1995. MONICO, J.F.G. Posicionamento pelo GNSS: descrição, fundamentos e aplicações, São Paulo, Editora Unesp, 2007, 433 p.

PINTO, Carlos de Souza. Curso Básico de Mecânicas dos Solos. 3ª edição. São Paulo, SP: Editora Oficina de Textos. 2006. ISBN: 8586238511

RAMOS, D. Geodésia na Prática. Araraquara: MD ATA Informática LTDA. 3o edição. 1999 SEEBER, G. Satellite Geodesy: foundations, methods and applications. Walter de Gruyter: Berlin; New York. 2ª Edition, 2003.

SENÇO; Wlastermiler de. Manual de Técnicas de Projetos Rodoviários. 1ª Ed.; São Paulo: Pini; 2008.

SENÇO, Wlastermiler de. Manual de Técnicas de Pavimentação I e II- Editora PINI. 2001.

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS – CCJSA

ÁREA 13 - ECONOMIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Macroeconomia de curto prazo: modelo IS-LM; Mercado de bens; Mercado monetário; Mercado financeiro, crédito, bancos; Mercado de trabalho; Relação entre preços e salários; Oferta Agregada e Demanda Agregada: relação AS-AD; Curva de Phillips; Versão original e Versão aceleracionista; Formação de expectativas: adaptativas e racionais; Versão de Lucas: parábola das ilhas; Versão de Taylor: contratos justapostos; Consumo e Investimento.

Macroeconomia Aberta, Políticas Monetária e Fiscal:

Macroeconomia aberta: Balanço de Pagamentos, Taxas de Câmbio e Paridade Descoberta da Taxa de Juros; Macroeconomia Aberta no Curto Prazo: Mercado de Bens; Modelo IS/LM/BP; Regimes Cambiais e Efeitos de Política Econômica no Curto Prazo; Modelo de Overshooting de Dornbusch; Crescimento econômico: fatos estilizados; Modelo de Solow; Modelos de Crescimento Endógeno; Desenvolvimento Econômico.

Os principais sistemas de informação para análise econômica: Sistema de Contas Nacionais; Balança de Pagamentos; Matriz de Insumo-Produto; Índices de preços; e outros indicadores de natureza econômica.

Economia Monetária. Conceito de moeda; teoria quantitativa e interpretação keynesiana; crédito e sistema bancário; banco central, política monetária e intermediação financeira institucional; sistema financeiro do Brasil.

Economia internacional. Comércio exterior: A teoria ricardiana da vantagem comparativa; Fatores específicos e distribuição de renda; Dotações de fatores e o padrão do comércio internacional; Análise do comércio internacional no contexto dos Movimentos internacionais de fatores de produção e equilíbrio geral; comércio internacional com economias de escala e concorrência imperfeita; A política comercial e seus instrumentos; A política comercial dos países em desenvolvimento e nos países desenvolvidos; Integração econômica; Regimes cambiais e política cambial; Finanças internacionais.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BLANCHARD, Olivier (2014). **Microeconomia**. 7a edição, Pearson

MANKIW, G. N. – **Macroeconomia**. Rio de Janeiro: LTC, 1995.

LOPES e VASCONCELLOS - **Manual de Economia - Equipe de Professores da USP**. São Paulo: Ed. Atlas.

CARVALHO, F. J. C. et al., **Economia Monetária e Financeira – Teoria e Política**, segunda edição, Rio de Janeiro: Editora Campus, 2007.

LOPES, J. P. & ROSSETTI, J.P.. **Economia Monetária**. São Paulo: Editora Atlas, 1996. KRUGMAN, Paul e Maurice Obstfeld. **Economia internacional: teoria e política**, quinta edição, São Paulo, Makron Books, 2001.

GIAMBIAGI, FABIO / CASTRO, LAVINIA BARROS DE / VILLELA, ANDRE.

Economia Brasileira Contemporânea (1945/2004) . Editora CAMPUS, 2005.

BLANCHARD, Oliver. **Macroeconomia: teoria e política econômica**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

KRUGMAN, Paul e MAURICE Obstfeld, **Economia internacional: teoria e política**, quinta edição, São Paulo, Makron Books, 2001.

ROMER, David. *Advanced macroeconomics*. McGraw-Hill, Irwin. Massachusetts: Boston, 2006.

LEONTIEF, W. Input-Output Economics. Segunda Edição. New York: Oxford University Press. 1986

LEONTIEF, W. Input-Output Analysis. em Eatwell, J., M. Milgate, e P. Newman (eds.). The New Palgrave. A Dictionary of Economics, vol. 2., pp.860-64, 1987

MIYAZAWA, K.. Foreign Trade Multiplier, Input-Output Analysis and the Consumption Function. Quarterly Journal of Economics. Vol. 74 (1). Fev.. 1960

MIYAZAWA, K. Input-Output Analysis and the Structure of Income Distribution. Berlin: SpringerVerlag, 1976

MONTOYA, M.A. A Matriz de Insumo-Produto Internacional do Mercosul em 1990: a Desigualdade Regional e o Impacto Interssetorial do Comércio Inter-regional. Tese de Doutorado. ESALQ-USP. 1998.

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH

ÁREA 14 - ENSINO DE HISTÓRIA E ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO ENSINO DE HISTÓRIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Revisitando a história da disciplina história;
2. Interdisciplinaridade, transversalidade e Ensino de história;
3. A BNCC e Estrutura curricular da área de História do estado do Acre;
4. O ensino de história e a construção da cidadania;
5. O Estágio Supervisionado e a construção de materiais didáticos e o uso de fontes para o Ensino de História;
6. O Estágio Supervisionado e o ensino das questões de gênero e diversidade no Ensino de História;
7. Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor;
8. Ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena - leis 10.639/2003 e 11.645/2008;
9. O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) e de Residência Pedagógica como aperfeiçoamento da formação inicial de professores na área de História;
10. Imaginários, representações e processos avaliativos no ensino de história.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (org.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. 2.ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

ACRE, Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Esportes. **Currículo de Referência Único do Acre, Etapa de Ensino Médio**. Rio Branco, 2021.

ALMEIDA, Maria Celestino. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de (Org.). **Docência em história: experiências de estágio supervisionado e formação do professor-pesquisador**. Natal: EDUFRN, 2017. 186 p. Disponível em <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/23323>>. Acesso em: 19 de dez. de 2022.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 5° ed. São Paulo: Cortez, 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 2ª versão revista. Brasília: MEC, abr. 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 19 de dez. de 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9.394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei que dispõe sobre o estágio de estudantes**; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set. 2008.

FAZENDA, Ivani C. A. **Interdisciplinaridade: História, teoria e pesquisa**. Campinas – SP: Papirus, 1994.

FAZENDA, Ivani C.A. **Didática e Interdisciplinaridade**. 17.ed. Campinas: Papirus, 2012. (Coleção Práxis).

FERREIRA, Marieta de Moraes & FRANCO, Renato. **Aprendendo história: reflexão e ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história**: experiências, reflexões e aprendizados. Campinas – São Paulo: Papyrus, 2003.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. **História e Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História**: experiências, reflexões e aprendizados. 13.ed.rev. e ampl. Campinas: Papyrus, 2012 (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

HORN, Geraldo Balduino & GERMINARI, Geysa Dongley. **O ensino de história e seu currículo**: teoria e método. 5. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

LIMA, Geórgia Pereira; SANTOS, Bianca Martins; CASTRO, Franciana Carneiro de. (Orgs). **Pibid/Ufac: lócus de aprendizagens da docência**. Rio Branco: Edufac, 2020. Disponível em: http://www2.ufac.br/editora/livros/PibidUfac_lcusdeaprendizagemdadocencia.pdf. Acesso em: 19 de dez. de 2022.

LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

LOURO, Guacira Lopes (org.). **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Editora Vozes: Rio de Janeiro, 2014.

MONTEIRO, Ana Maria; et al. (org.). **Pesquisa em Ensino de História**: entre desafios epistemológicos e apostas políticas. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014.

MONTEIRO, Ana Maria; et al. (org.). **Professores de História**: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

MUNANGA, Kebengele. **Por Que Ensinar a História da África e do Negro no Brasil de Hoje?** Revista do Instituto Brasileiros, Brasil, n.62, p 20-31, dez. 2015.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006. 224 p. (Para Aprender)

NUNES, Silma do Carmo. **Concepções de Mundo no Ensino de História**. 2.ed. São Paulo: Papyrus, 1996.

PEREIRA, Amilca Araújo & MONTEIRO, Ana Maria (orgs.). **Ensino de História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

PANNUTI, Maísa Pereira. **A Relação Teoria e Prática na Residência Pedagógica**. Educere, PUCPR, 2015.

PEREIRA, Amilca Araújo & MONTEIRO, Ana Maria (Org.). **Ensino de História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. 356p.

PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. 1. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

RESOLUÇÃO CEPEX-Ufac N° 19/2017, PARECER CNE/CES N° 492/2001 E RESOLUÇÃO CNE/CGS N° 13/2002.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. **Memória d'África**: a temática africana em sala de aula. São

Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Cristiani Bereta da. O saber histórico escolar sobre as mulheres e relações de gênero nos livros didáticos de história. **Caderno Espaço feminino**, Vol. 17, 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/440>. Acesso em: 19 de dez. de 2022.

SILVA, Marcos (org.). **História: que ensino é esse?** Campinas – SP: Papirus, 2013.

SILVA, Marcos; GUIMARÃES, Selva. **Ensinar História no século XXI: em busca do tempo entendido**. 4.ed. Campinas: Papirus, 2012 (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

SOUZA, Marina de Mello e . **África e Brasil Africano**. São Paulo, Ática, 2006. 175 p.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO ACRE. **Currículo de Referência Único do Acre**. Rio Branco, 2018.

TEIXEIRA, Inês Barbosa. **Com que bases se faz uma base? Interrogando a inspiração político-epistemológica da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. In: SILVA, Fabiany C.T.; XAVIER, F^a, Constantina (Orgs) **Conhecimentos em disputa na base nacional comum curricular**. Campo Grande, MS. Editora Oeste, 2019.

ÁREA 15 - GEOGRAFIA FÍSICA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Ecogeografia: Análise Geográfica Integrada;
2. Variabilidade e Mudanças Climáticas no Brasil e seus Impactos Regionais;
3. Domínio Morfoestrutural das Bacias Sedimentares e Coberturas Inconsolidadas Plio-Pleistocênicas;
4. Níveis de Integração nos Estudos Biogeográficos;
5. Paleoclimas e Paleformas da Amazônia: Pesquisas e Evidências;
6. As Formas de Relevo, os Sistemas Morfoclimáticos e a Divisão Morfoclimática do Brasil: A importância do clima no relevo continental;
7. Processos Erosivos nas Encostas: Fatores, Processos, Formas e Impactos ambientais;
8. Análise fisiográfica e morfometria de Bacias Hidrográficas;
9. Processos e Relevos Fluviais;
10. Neotectônica da Plataforma Brasileira: o contexto da região Norte.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

- AB'SABER, A. N. **Os Domínios de Natureza no Brasil**: Potencialidades Paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- AYOADE, J. O. **Introdução à Climatologia para os Trópicos**. São Paulo: Difel, 1986.
- CASSETI, V. **Ambiente e Apropriações do Relevo**. São Paulo: Contexto, 1991.
- CASSETI, V. **Elementos de Geomorfologia**. Goiânia: Editora UFG, 1994.
- CASSETI, V. **Geomorfologia**. Goiânia: Editora da UFG, 2005.
- CAVALCANTI, I. F. A. (org.). **Tempo e Clima no Brasil**. Oficina de textos, 2016.
- CHRISTOFOLETTI, A. Análise Morfométrica de Bacias Hidrográficas. **Notícia Geomorfológica**, v. 9, n.18, p. 35-64, 1969.
- CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia Fluvial**. São Paulo: Edgard Blücher, 1981.
- CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. São Paulo: Edgard Blücher, 1980.
- DA VEIGA, J. E. **Aquecimento Global**: frias contendas científicas. Senac, 2008.
- DANSEREAU, Pierre. Introdução a Biogeografia. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: FIBGE, 17 (148), 13-35, jan/fev, 1959.
- DREW, D. **Processos Interativos Homem-Meio Ambiente**. São Paulo: Difel, 1986.
- FERREIRA, C. C. & SIMÕES, N.N. **Evolução do Pensamento Geográfico**. Lisboa: Gradiva, 1986.
- FLANNERY, T. F. **Os Senhores do Clima**. (Trad.) Jorge Calife. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- FLORENZANO, T. G. (org.). **Geomorfologia**: conceitos e tecnologias atuais. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.
- GREGORY, K. J. **A Natureza da Geografia Física** (Tradução Eduardo de Almeida Navarro). Rio de

Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. **Geomorfologia**: uma atualização de bases e conceitos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

KUHLMANN, Edgard. Curso de Biogeografia. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: FIBGE, 32 (236), 74-117, set/out, 1973.

KUHLMANN, Edgard. Noções de Biogeografia. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: FIBGE, 35 (254), 48-111, jul/set, 1977.

LEITÃO, C. M. Novos Rumos da Biogeografia. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Pág. 445-472. Ano VII. Julho-setembro/1945.

MARUYAMA, S. **Aquecimento global?**. (Trad. Kenitiro Suguio). São Paulo: Oficina de textos, 2009.

MORAES, A. C. R. **Gênese da Geografia Moderna**. São Paulo: Hucitrec, 1989.

MORAES, A.C.R. **Geografia – Pequena História Crítica**. São Paulo: Hucitec, 1990.

MOTA, J.A. **O Valor da Natureza**: Economia e Política dos Recursos Naturais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

ODUM, E. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2000.

PENTEADO, M.M. **Fundamentos de Geomorfologia**. Rio de Janeiro: FIBGE, 1980.

PETERSEN, J.F.; SACK, D.; GABLER, R.E. **Fundamentos de Geografia Física**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

RANZI, A. **Paleoecologia da Amazônia**: Megafauna do pleistoceno. Florianópolis: UFSC, 2000.

REVISTA CIÊNCIA HOJE. **Paleoclimas da Amazônia**. Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC), Vol. 16, Nº 93, agosto de 1993.

RICKLEFS, R.E. **A Economia da Natureza** (Tradução de Pedro Paulo de Lima-e-Silva). Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2003.

RITTES, M. J. C. Paleoclimas. In: **Cadernos da PUC/RJ Estudos Históricos e Geográficos**. Pág. 38-53. Caderno nº 21. janeiro/74.

ROMARIZ, D. de A. **Biogeografia**: Temas e Conceitos. São Paulo: Scortecci, v. 200, 2008.

ROSS, J.L.S. **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1995.

ROSS, J.L.S. **Geomorfologia**: Ambiente e Planejamento. São Paulo: Contexto, 1990.

SOUZA, C.R.G., SUGUIO, K., OLIVEIRA, A.M.S., & OLIVEIRA, P.E.O. **Quaternário do Brasil**. Ribeirão Preto: Holos, 2005.

TORRES, F.T.P. e MACHADO, P. J. O. **Introdução a Climatologia**. Ubá: Ed. Geographica, 2008 (Série Textos Básicos de Geografia).

TRICART, J. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.

ÁREA 16 - HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. História e Historiografia: o Brasil no olhar dos “brazilianistas”;
2. Nação e identidade: IHGB, Indianismo e o projeto de uma história nacional (Martius, Varnhagen e Capistrano de Abreu);
3. A constituição de tradições historiográficas nas obras de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior;
4. Populações negras e indígenas na historiografia brasileira;
5. História e Historiografia na Amazônia: diálogos/problematizações com as obras de Euclides da Cunha, Samuel Benchimol e Arthur César Ferreira Reis.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

ABREU, João Capistrano de. Capítulos de história colonial. Rio de Janeiro: Briguiet, 1954, 4a edição.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. Amazonialismo. In: ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de; SARRAFE, Agenor Pacheco. UWA' KÜRÜ: dicionário analítico. Rio Branco-AC: Editora NEPAM, 2016

ASSUNÇÃO, M. F. M. As injustiças de Clio revisitado: Clóvis Moura e a crítica da branquitude no campo historiográfico. HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA, v. 15, p. 231-252, 2022. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1841/985>.

ASSUNÇÃO, MARCELLO FELISBERTO MORAIS DE ; TRAPP, RAFAEL PETRY . É possível indisciplinar o cânone da história da historiografia brasileira? Pensamento afrodiaspórico e (re)escrita da história em Beatriz Nascimento e Clóvis Moura. REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA (ONLINE) , v. 41, p. 229-252, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/twzH93CnWDDZSCCzHtKyqxx/>.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: um pouco antes e além depois**. Manaus: Humberto Calderato, 1977

CUNHA, Euclides da. A margem da História. São Paulo: Martin Claret, 2006.

FREITAS, Marcos Cezar (org.). Historiografia brasileira em perspectiva, 5 ed. São Paulo: Contexto, 2003

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abre, viajante. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.30, n. 59, p. 15-36, 2010

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização dos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, 1988

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo (Org.). Nação e cidadania no Império: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 3-27, jan-jun. 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

IGLÉSIAS, Franciso. Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira, Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: UFMG, IPEA, 2000

NOVAIS, Fernando A. Aproximações: estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosacnaify, 2005.

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional, São Paulo, Brasiliense, 1994.

PAULO DE ALMEIDA, H. A. Povos Indígenas e História Geral do Brasil: permanências de depreciação e negação em Varnhagen. HISTÓRIA UNICAP , v. 7, p. 249, 2020. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/10668/7845.

PARADA, Maurício e RODRIGUES, Henrique Estrada (org.). Os historiadores: clássicos da história do Brasil, vol. 4: dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues. Petrópolis, RJ; Rio de Janeiro: Editora PUC, 2018.

PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: brasiliense, 1981.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O Seringal e o Seringueiro**. Rio de Janeiro: Documentário da vida rural nº 05, Ministério da Agricultura, Serviço de divulgação Agrícola, 1953.

REIS, José Carlos. As identidades do Brasil 1: de Varnhagen a FHC, 9 ed. ampl. – Rio de Janeiro: Editora FGV, vol. 1, 2007

REIS, José Carlos. As identidades do Brasil 2: de Varnhagen a FHC, 9 ed. ampl. – Rio de Janeiro: Editora FGV, vol. 2, 2007

RIBEIRO, Renilson Rosa. “O escrupuloso iluminador da História do Brasil”: os enredos cronológicos e temáticos da 1ª edição da História Geral do Brazil, de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854/1857). Patrimônio e Memória. UNESP, v.7, n.2, p.86-108, dez.2011.

RODRIGUES, José Honório. A pesquisa histórica no Brasil. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

RODRIGUES, José Honório. 1913 – 1987. História e historiografia, Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

TRAPP, R.P. História, raça e sociedade: notas sobre descolonização e historiografia brasileira. rth, Goiânia, v. 22, n.2, p. 52-78, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teproa/article/view/59414>.

VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. Revista Tempo 8, agosto de 1999, pp. 1-12. Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg8-1.pdf.

VARNHAGEN, F. Adolpho. História Geral do Brazil antes de sua separação e independência de Portugal.... Rio de Janeiro, Em casa de E. & H. Laemmert, s.d. [1877], 2 vols., 2ª edição.

[von] MARTIUS, K. Ph. Como se deve escrever a História do Brasil. Rio de Janeiro, IHGB, 1991.

WEINSTEIN, Barbara. “Sou ainda uma *brazilianist*”. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 36, nº 72, 2016.

PONTES, Heloisa. 1990. "Brasil com z", *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Associação de Pesquisa e Documentação Histórica. Vol. 3, n. 5.

RODRIGUES, José Honório. 1976. "Os estudos brasileiros e os *brazilianists*", *Revista de História*, São Paulo, USP, vol.54. n. 107, p. 189-219.

SKIDMORE, Thomas. *O Brasil Visto de Fora (2ª ed.)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ÁREA 17 - HISTÓRIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E NATURAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Patrimônio histórico natural, espaço e territórios no Brasil;
2. Patrimônios históricos material e imaterial na Amazônia;
3. História da institucionalização do patrimônio histórico no Brasil;
4. Legislações sobre Patrimônio cultural público e privado no Brasil.
5. Patrimônio histórico, memória, cultura e cidadania no Brasil.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

ALVES, Fábio (org.). **A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia**. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=27998.

AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de; PIRES, João Ricardo Ferreira; CATÃO, Leandro Pena (orgs.). **Cidadania, memória e patrimônio: as dimensões do museu no cenário atual**. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

BAHIA, Mirleide Char; TAVARES, Maria Goretti da Costa & FIGUEIREDO, Silvio José de Lima (Orgs.). **Turismo, Lazer e Patrimônio na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, 2022. Disponível em: <http://www.naea.ufpa.br/index.php/livros-publicacoes/411-turismo-lazer-e-patrimonio-na-pan-amazonia>.

BARRETO, Cristiana; LIMA, Helena Pinto & BETANCOURT, Carla Jaimes (Orgs.). **Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese**. Cristiana Barreto, Helena Pinto Lima, Carla Jaimes Betancourt, organizadoras. Belém : IPHAN : Ministério da Cultura, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ceramicas_arqueologicas_amazonia_nova_sintese.pdf.

BARROS, Geovânia Correia. **Ayahuasca: tradição e modernidade – regulamentação e patrimonialização no Brasil, 1985-2016**. Rio Branco: Edufac, 2022. Disponível em: <http://www2.ufac.br/editora/livros/AyahuascaDigital.pdf>.

CAMPOS, Y.D.S. **Proposições para o Patrimônio Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

CASTRIOTA, Leonardo; ALONSO, Paulo H. Seminário DOCOMOMO Brasil. **Conhecer para preservar: documentação e preservação do patrimônio modernista tombado em Cataguases**, Minas Gerais. 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

FONSECA, Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Rio Babel: história das línguas na Amazônia**. Rio de Janeiro; Eduerj, 2011.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 2007

GONÇALVES, Janice. **Preservação do Patrimônio Histórico do Brasil: as fronteiras entre o público e o privado**. Florianópolis: Simpósio Nacional de História, 1999.

LARAIA, Roque de Barros. *Patrimônio imaterial: conceitos e implicações*. In: TEXEIRA, José G. L. C. et al. **Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização**. Brasília: ICS/UnB, 2004.

LIMA, Maria Dorotéa de (org.). “O patrimônio do Norte: outros olhares para a gestão”. **Revista do Patrimônio**, volume 1, nº 38, 2018. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revista_patrimonio38.pdf.

LIMA, Maria Dorotéa de (org.). “O Norte do Brasil: identificação e reconhecimento do patrimônio cultural”. **Revista do Patrimônio**, volume 1, nº 37, 2018. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revista_patrimonio37.pdf.

MORAIS, Maria de Jesus. “Acreanidade”: **invenção e reinvenção da identidade acreana**. Rio Branco: Edufac, 2016. Disponível em: http://www2.ufac.br/editora/livros/JESUS_Acreanidade.pdf.

NASCIMENTO, Danilo Lovisaro do. **Biopirataria na Amazônia: uma proposta jurídica de proteção transnacional da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados**. Curitiba: Juruá, 2016.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e patrimônio**. Série Pesquisa e Documentação do IPHAN. Ministério da Cultura. Brasília: IPHAN, 2007.

RODRIGUES, C. S. de C. et al. **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008.

SANT’ANNA, Márcia. *Políticas públicas e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*. In: FALCÃO, Andréa. **Registro e políticas de salvaguarda para as culturas populares**. Rio de Janeiro: IPHAN/CNFCP, 2005.

SCHAAN, Denise Pahl; MARTINS, Cristiane Pires. **Muito além dos Campos: Arqueologia e História na Amazônia Marajoara - 1ª Edição**. Ministério da Cultura. Brasília: IPHAN, 2007.

SCHAAN, Denise; RANZI, Alceu; PÄRSSINEN, Martti (Orgs.). **Arqueologia da Amazônia Ocidental: os geoglifos do Acre**. Belém: Editora Universitária UFPA, 2008.

SILVEIRA, Flavio Abreu da; CANCELA, Cristina Donza (Orgs.). **Paisagem e Cultura: dinâmica do patrimônio e da memória na atualidade**. Belém: Editora Universitária - EDUFPA, 2009.

VIANNA, Leticia C. R. *Patrimônio imaterial: legislação e inventários culturais. A experiência do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular*. In: LONDRES, Cecília et al. **Celebrações e saberes da cultura popular**. Rio de Janeiro: Funarte/Iphan/CNFCP, 2004.

ÁREA 18 - NOVAS MÍDIAS E IMAGENS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Noções e perspectivas de cibercultura, ciberespaço. A centralidade das tecnologias e das interações sociais nos processos de comunicação da atualidade. Mídiatização e interações mídiatizadas; interações e interatividade. Noções básicas sobre linguagem visual e sua aplicação na Comunicação Visual. Conhecimento dos elementos (formas, cores e tipologia) e princípios que norteiam a linguagem visual. Imagem e produção de sentidos. Ética e manipulação de imagens no Jornalismo. Noções introdutórias sobre o processo de Comunicação Visual e sobre planejamento e desenvolvimento de projetos editoriais. Programação visual de jornais, revistas e ambientes digitais multiplataformas. Processo fotográfico na perspectiva do jornalismo. Função da fotografia jornalística (documentação, testemunho, histórico), diferenciação na utilização da fotografia para jornal, revista e plataformas digitais na internet. Legenda. Pauta fotográfica. Prática fotográfica. A fotografia digital. As técnicas aplicadas à fotografia. A influência das novas mídias na produção e consumo de imagens. Pressupostos da linguagem visual (composição, a cor, a luz etc.). Fotografia e fotojornalismo para novas mídias. Planejamento gráfico ou visual: a organização visual de informações (Técnicas para novas mídias com a finalidade de processar outras experiências visuais) / ou como as técnicas de planejamento gráfico podem ser aplicadas nas novas mídias para criar uma experiência visual mais eficiente. O Impacto da imagem na sociedade / ou como as novas mídias mudaram essa dinâmica. Convergência de mídia e imagem / ou como a convergência de mídia afeta a imagem e como as novas mídias têm se adaptado a essa mudança. Arte e imagem / ou como a arte e a imagem se relacionam nas novas mídias e como a tecnologia tem influenciado a produção artística. Cultura visual / ou como as novas mídias têm afetado a cultura visual e como as imagens são usadas para construir a identidade cultural. Futuro da imagem / ou como as novas mídias estão mudando a maneira como as imagens são produzidas e consumidas e como essa mudança pode impactar a sociedade.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

- ARNHEIM, Rudolf. Arte e percepção visual: uma psicologia da visão criadora. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- AZUBEL, Diogo. Narrativas fotojornalísticas I: matizes, objetos, sujeitos. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2019.
- BAER, Lorenzo. Produção Gráfica. São Paulo, Senac: 2004.
- BARBOSA, Suzana. Jornalismo convergente e continuum multimídia na quinta geração do jornalismo nas redes digitais. In: CANAVILHAS, João (Org.). Notícias e Mobilidade: O Jornalismo na Era dos Dispositivos Móveis. Covilhã: Livros Labcom, 2013.
- BOROSKI, Marcia. Fotojornalismo: técnicas e linguagens. Curitiba: Intersaberes, 2020.
- BOURDIEU, Pierre. A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2004.
- BUITONI, Dulcília Schroeder. Fotografia e Jornalismo: a informação pela imagem. São Paulo, Saraiva, 2011.
- BUSSELLE, Michael. Tudo Sobre Fotografia. São Paulo, Book RJ: 1979.
- CAPERUTO, Ada. Jornalismo Multiplataforma: Jornais impressos, tablets e e-readers na metamorfose da nova mídia. 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Faculdade de Comunicação Social, Cásper Líbero, São Paulo, 2011.
- CASTELLS, M. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

- CASTELLS, M. A Sociedade em Rede (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura - Volume 1). 6ª. ed. São Paulo: Terra e Paz, v. v. 1, 2002.
- COLLARO, Antonio Celso. Produção Visual e Gráfica. São Paulo, Summus: 2005.
- COLLARO, Antonio Celso. Projeto Gráfico: teoria e prática da diagramação. São Paulo, Summus:2000.
- COSTA, Kleiton Semensatto da Costa. Design editorial e revistas multiplataforma: uma avaliação de publicações nacionais (2015). 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- DONDIS, Donis A. Sintaxe da Linguagem Visual. São Paulo, Martins Fontes : 1997.
- FALLEIROS, Dario Pimentel. O Mundo Gráfico da Informática. São Paulo, Futura: 2003.
- FERREIRA JUNIOR, José. Capas de Jornal: a primeira imagem e o espaço gráfico-visual. São Paulo, Senac: 2003.
- FONSECA, Joaquim da. Tipografia & Design Gráfico: design e produção gráfica de impressos e livros. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- GINZBURG, Carlo. Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- HOLLIS, Richard. Design gráfico: uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- JENKINS, Henry. Cultura da Convergência. São Paulo: Aleph, 2009.
- KLEIN, Rafael Cardoso. Design gráfico: fundamentos e práticas. São Paulo: Bookman, 2011.
- KOSSOY, Boris. Fotografia & História. São Paulo, Ateliê: 2001.
- LEBORG, Christian. Gramática Visual. São Paulo: Gustavo Gili, 2015.
- LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- LOPES, Dirceu Fernandes. Jornal Laboratório: do exercício escolar ao compromisso com o público leitor. São Paulo. Editora Summus, 1992.
- LUPTON, Ellen. Pensar com tipos: guia para designers, escritores, editores e estudantes. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- MACHADO, Arlindo. A ilusão especular: uma teoria da fotografia. São Paulo: Gustavo Gili, 2015.
- MANOVICH, Lev. New Media Art. In: HANSON, Sarah; CHAPMAN, Sarah (Eds.). Art and New Media. London: Tate Publishing, 2005.
- MANOVICH, Lev. The Language of New Media. Cambridge, MA: MIT Press, 2001.
- MARTINO, L. M. S. Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambiente, redes. Petrópolis: Vozes, 2014.
- MARTINS, João Batista. Elementos de semiótica aplicados ao design gráfico. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.
- MIRZOEFF, Nicholas. The Visual Culture Reader. New York: Routledge, 2013.
- MUNARI, Bruno. Design e Comunicação Visual. São Paulo, Martins Fontes: 1997.
- OLIVEIRA, Erivam Morais de. Fotojornalismo: uma viagem entre o analógico e o digital. São Paulo:

Cengage Learning, 2009.

RAMALHO, José Antonio. Escola de Fotografia. São Paulo, Futura: 2004.

RAMALHO, José Antonio. Fotografia Digital. Rio de Janeiro, Elsevier: 2004.

RIBEIRO, Milton. Planejamento Visual Gráfico. Brasília, LGE Editora: 2003.

ROUILLÉ, André. A fotografia: entre documento e arte contemporânea. São Paulo: Editora Senac, 2009.

SANTA-ROSA, José Guilherme; MORAES, Anamaria de. Avaliação e projeto no design de interfaces. Teresópolis, RJ: 2AB, 2012.

SANTAELLA, Lucia. Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2013.

SANTOS, Newton Paulo Teixeira dos. A Fotografia e o Direito do Autor. São Paulo, EUD: 1990.

SENAC-DN. Fotógrafo: o olhar, a técnica e o trabalho. Rio de Janeiro, Senac: 2004.

SILVA, Rafael Souza. Diagramação: o planejamento visual gráfico na comunicação impressa. São Paulo, Summus: 1947.

SOLOMON-GODEAU, Abigail. Photography at the Dock: Essays on Photographic History, Institutions, and Practices. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1991.

SONTAG, Susan. Diante da dor dos outros. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SONTAG, Susan. Sobre fotografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUSA, Jorge Pedro. Fotojornalismo. Introdução à História, as Técnicas e a Linguagem de Fotografia na Imprensa. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

SOUSA, Maíra de Cássia Evangelista de. Jornal e Mobilidade: reconfigurações do impresso ao multiplataforma. 2018. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SOUZA, Jorge Pedro. Fotojornalismo: introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa. Florianópolis, Letras Contemporâneas: 2004.

STRAUBHAAR, J. D. Comunicação, mídia e tecnologia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

TEIXEIRA, Tattiana. Infografia e Jornalismo - Infografia e Jornalismo – Conceitos, análises e perspectivas. Edufba; 1ª edição, 2011

TRIGO, Thales. Equipamento Fotográfico: teoria e prática. São Paulo, Senac: 2005.

TUFTS, Sarah. Graphic Design Basics. Boston: Cengage Learning, 2017.

TURKLE, Sherry. Alone Together: Why We Expect More from Technology and Less from Each Other. New York: Basic Books, 2011.

VASQUEZ, Pedro Kart. A Fotografia no Império. Rio de Janeiro, Jorge Zahar: 2002.

WILLBERG, Hans Meter. Primeiros Socorros em Tipografia. São Paulo, Rosari: 2007.

WILLIAMS, Robin. Design para quem não é designer: noções básicas de planejamento visual. São Paulo: Callis Ed., 2009.

*Obs.: A listagem acima é apenas indicativa e não restringe a busca de outras fontes bibliográficas.

ÁREA 19 - PROCESSOS CLÍNICOS E AVALIATIVOS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Teorias Comportamentais

Características da área temática:

Princípios fundamentais das teorias de base filosófica Behaviorista, incluindo análise do comportamento e cognitivo-comportamental.

Estudo teórico, compreensão e aplicação das principais técnicas cognitivo-comportamentais psicoterapêuticas em transtornos psicopatológicos. A disciplina apresenta os princípios teóricos da Análise do Comportamento de filosofia

Behaviorista Radical e da Psicologia Cognitiva e suas implicações nas estratégias de intervenções terapêuticas.

Relacionar conceitos da Teoria Comportamental e da Teoria Cognitiva em psicologia com a prática da Psicoterapia Comportamental e Cognitiva, bem como conhecer a teoria da técnica.

Refletir sobre a aplicabilidade geral dos conceitos da Teoria Comportamental e da Teoria Cognitiva em psicologia na psicoterapia comportamental e cognitiva.

Caracterizar o processo terapêutico.

Analisar estratégias especiais de organização do processo.

Identificar e exercitar as principais técnicas psicoterápicas de avaliação e intervenção.

Exemplificar e analisar as situações mais frequentes da aplicação da referida modalidade de psicoterapia.

Discriminar as situações e condições em que a Psicoterapia Comportamental e Cognitiva se coloca recomendável e viável.

Estudo de questões teórico-conceituais, metodológicas e aplicadas da análise do comportamento. Behaviorismo metodológico e behaviorismo radical. Aprendizagem social: comportamento imitativo e modelos sociais. Aplicação dos princípios de aprendizagem ao comportamento humano. Raízes históricas da psicologia cognitiva.

Percepção de padrão, atenção, memória, aprendizagem e resolução de problemas.

Raciocínio. Relação entre linguagem, cultura e cognição.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

ALENCAR, Eduardo. Como a Análise do Comportamento vem tratando a cultura e as

questões sociais? Momento Behaviorista. 30 nov. 2006. Disponível em:

<<http://www.redepsi.com.br/portal>>. Acesso em: out. 2008.

BECK, Aaron T.; FREEMAN, Arthur; DAVIS, Denise D. & Cols. Terapia Cognitiva dos Transtornos da Personalidade. **2.ed. Porto Alegre: Artmed. 2005**

CAMINHA, Renato E. (Org.) **Psicoterapias Cognitivo-comportamentais. Teoria e Prática.** São Paulo: Casa do Psicólogo: 2003.

DOBSON, Keith S. e Cols. Manual de Terapias Cognitivo-Comportamentais. 2.ed. Porto Alegre: Artmed. 2006.

FRIEDBERG, Robert D. e MCCLURE, Jessica M. A Prática Clínica de Terapia Cognitiva com Crianças e Adolescentes. Porto Alegre: Artmed 2008.

HÜBNER, Maria Martha Costa & MOREIRA, Márcio Borges. Fundamentos de psicologia. Temas clássicos de psicologia sob a ótica da análise do comportamento. Artmed: 2012.

LEAHY, Robert L. & Cols. Terapia cognitiva contemporânea. Teoria, pesquisa e prática. Porto Alegre: Artmed. 2009.

MCMULLIN, Rian E. Manual de Técnicas em Terapia Cognitiva. Porto Alegre: Artmed. 2005.

RANGÉ, Bernard. Psicoterapias Cognitivo-Comportamentais. Um diálogo com a psiquiatria. Porto Alegre: Artmed. 2011

SKINNER, Burrhus Frederic. Sobre o Behaviorismo. Tradução de Maria da Penha

Villalobos. São Paulo: Cultrix, 1999.

*O candidato poderá consultar outras referências além das indicadas neste documento.

ÁREA 20 - PSICOLOGIA SOCIAL: COMUNIDADES, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Métodos de pesquisas em psicologia social;
2. Perspectivas históricas, teóricas e metodológicas em psicologia social e suas relações com as políticas públicas;
3. A historicidade na constituição do sujeito;
4. Desafios para a atuação em psicologia social e políticas públicas;
5. Grupo, organização e instituição;
6. Psicologia social, atenção psicossocial e campo transdisciplinar;
7. Psicologia organizacional e do trabalho;
8. Psicologia social e políticas públicas: normativas e referências para atuação na educação;
9. Psicologia social e políticas públicas: normativas e referências para atuação na assistência social;
10. Psicologia social e políticas públicas: aspectos éticos nas práticas e intervenções do psicólogo em comunidades e com populações vulnerabilizadas.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

Almeida, L. P. (2012). Para uma caracterização da Psicologia social brasileira. *Psicologia: ciência & profissão*, 32. Doi:10.1590/S1414-98932012000500009

Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo.

Baremblytt, G. (1992). *Compêndio de Análise Institucional e Outras Correntes*. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos.

Baremblytt, G. (1997). *Grupos, Teoria e Técnica*. Graal/Ibrapsi: Rio de Porto Alegre: Artes Médicas.

Bauer, M. W., & Gaskell, G. (2002). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes.

Brasil (1990), Lei 8.069 de 13 de julho. Estatuto da Criança e do Adolescente. Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: *Diário Oficial da União*. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm

Brasil (1993), Lei 8742, de 7 de dezembro. Lei Orgânica de Assistência Social. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF: *Diário Oficial da União*. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm

Brasil (1994), Lei 8.842 de 04 de janeiro, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso. Brasília, DF: *Diário Oficial da União*. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm

Brasil (1996), Lei nº 9.394 de 20 de dezembro. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: *Diário Oficial da União*. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

Brasil (2000), Lei 10.098 de 19 de dezembro. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção

da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: *Diário Oficial da União*. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm

Brasil (2001), Lei 10.216 de 6 de abril. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, DF: *Diário Oficial da União*. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm

Brasil (2003), Lei 10.741 de 1º de outubro. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Brasília, DF: *Diário Oficial da União*. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm

Brasil (2004). Resolução nº 145 de 15 de outubro. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, DF: *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social*. Recuperado de <http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-145-de-15-de-outubro-de-2004/>

Brasil (2006), Lei 11.340 de 7 de agosto. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: *Diário Oficial da União*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

Brasil (2006). Resolução 269 de 13 de dezembro. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, DF: *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social*. Recuperado https://idoso.mppr.mp.br/arquivos/File/CNAS_269_2006.pdf

Brasil (2009), Resolução 109 de 11 de novembro. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF: *Diário Oficial da União*. Recuperado de https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf

Brasil (2010), Lei 12.288 de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF: *Diário Oficial da União*. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/112288.htm

Brasil (2012), Lei 12.594 de 18 de janeiro. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, DF: *Diário Oficial da União*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112594.htm

Brasil (2015), Lei 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: *Diário Oficial da União*. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm

Brasil (2017), Lei 13.41 de 4 de abril. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Brasília, DF: *Diário Oficial da União*. Recuperado

de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113431.htm

Brasil (2019), Lei 13.935 de 11 de dezembro. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, DF: Diário Oficial da União. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113935.htm

Camino, L.; Torres, A. R.R.; Lima, M.E.O.; Pereira, M. E. (Org.) (2011). *Psicologia Social: temas e teorias*. Brasília: Technopolitik.

Campos, R. H. F., & Guareschi, P. A. (2000). *Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana*. Petrópolis: Vozes. 222 p.

Campos, R. H. F. (org.). (2007). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Codo, W.; Sampaio, J. J. C.; Hitomi, A. H. (1994). *Indivíduo, trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar*. Petrópolis: Vozes.

Collares, C. A. L., & Moysés, M. A. A. (1996). *Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização*. São Paulo: Cortez.

Cruz, L. R. & Guareschi, N. (Org.). (2014). *O psicólogo e as políticas públicas de assistência social*. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Dejours, C. (2005). *O fator humano*. 5. ed. São Paulo: FGV.

Dejours, C.; Bègue, F. (2010). *Suicídio e Trabalho: o que fazer?*. Brasília: Paralelo 15.

Duarte, N. (2004). *Crítica ao fetichismo da individualidade*. Campinas: Autores Associados.

Farr, R. M. (2002). *As raízes da psicologia social moderna*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Foucault, M. (1986). *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes.

Furlan, V., Holanda, R. B., Castro, & E. M. A. (2015). Reflexões sobre as metodologias em psicologia social crítica. *Psicologia & Sociedade*, 27 (03). Doi:10.1590/1807-03102015v27n3p712.

Goffman, E. (1992). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Perspectiva.

Günther, H. (2006). Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 22 (2). Doi:10.1590/S0102-37722006000200010.

Jacques, M. G. C., Strey, M. N., Bernardes, M. G., Guareschi, P. A., Carlos, S. A., & Fonseca, T. M. G. (2013). *Psicologia social contemporânea: livro-texto*. 18ª ed. Petrópolis: Vozes.

Lessa, Sérgio (2013). *Capital e estado de bem-estar: o caráter de classe das políticas públicas*. São Paulo: Instituto Lukács.

Lourau, R. (1996). *A análise institucional*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

Machado, A. M. & Souza, M. P. R (Org.) (1997). *Psicologia escolar: em busca de novos rumos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Meira, M. M.; Antunes, M. A. M. (2003). *Psicologia Escolar: Práticas Críticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Moysés, M. A. A. (2005). *A institucionalização invisível: crianças que não aprendem na escola*. Campinas: Mercado das Letras.

- Nascimento-Schulze, C. M., & Camargo, E.V. (2000). Psicologia social, representações sociais e métodos. *Temas em Psicologia*, 8(3), 287-299.
- Patto, M. H. S. (1990). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Patto, M. H. S. Org. (2012). *Formação de psicólogos e relações de poder: sobre a miséria da Psicologia*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Paulo Netto, J. (2001). Cinco notas a propósito da questão social. *Tempralis*, 2(3), 41-49 janeiro-junho.
- Pereira, M. E.; Lima, M. E. O. (Org.) (2004). *Estereótipos, preconceitos e discriminação: perspectivas teóricas e metodológicas*. 1 ed. Salvador: EDUFBA-Editora da Universidade Federal da Bahia.
- Pichon-Rivière, E. (1988). *Processo Grupal*. São Paulo: Martins Fontes.
- Rizzini, I. (1997). *O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*, Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula.
- Rzzinni, I.; Sposati, A.; Oliveira, A. C. de.; (2019). *Adolescências, direitos e medidas socioeducativas em meio aberto*. São Paulo: Cortez.
- Richardson, R. J., Peres, J. A. S., Wanderley, J. C. V., Correia, L. M., & Peres, M. H.M. (1999). *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 3ª ed. São Paulo: Atlas.
- Rotelli, F; Leonardis, O. & Mauri, D. (2001). *Desinstitucionalização: uma outra via*. Ed.2. São Paulo, SP: Hucitec.
- Santos, L. N. (2014). *A Psicologia na Assistência Social: convivendo com a desigualdade*. São Paulo, SP: Cortez.
- Sawaia, B. B. (Org.). (2014). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade*. Petrópolis: Vozes.
- Souza, J. (2009). *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG.
- Spector, P. (2004). *Psicologia nas Organizações*. 2. ed. São Paulo: Saraiva.
- Sposati, A. de O. et.al (2010). *Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras*. São Paulo: Cortez.
- Tanamachi, M. Proença, & M. Rocha (Org.) (2000). *Psicologia e Educação: Desafios teóricos práticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Techio, E. M.; Lima, M. E. O.. (Org.) (2011). *Cultura e Produção das Diferenças: estereótipos e Preconceito no Brasil, Espanha e Portugal*. Brasília: Technopolitik.
- Vigotski, L. S. (1996). *Teoria e método em psicologia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Yamamoto, O & Oliveira, I. F. de. (2014). *Psicologia e Políticas Sociais: temas em debate*. EDUFPA.
- Zanelli, J. C.; Borges-Andrade, J. E.; Bastos, A. V. (Org.). (2004). *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Artmed.

CENTRO DE EDUCAÇÃO E LETRAS – CEL

ÁREA 21 - LÍNGUA INGLESA E RESPECTIVAS LITERATURAS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Assessment in Teaching and Learning Languages: Critical Issues;
2. Decoloniality in Language Materials Development;
3. Experiences in English Language Teacher Education;
4. Teaching English language with digital technologies;
5. Teacher's practice and the learner's needs in the teaching of English as an additional language into the public school.
6. The English language teaching with emphasis on the four communication skills (listening/speaking/reading/writing);
7. Genre based approach in the process of teaching and learning English language;
8. Elements of poetry in British Literature;
9. The role of drama in British Literature;
10. Contemporary style in the poetry of North American Literature.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. BAYM, N. **The North anthology of American poetry**. American literature: 1865-1914. 6th ed., vol. C. Norton&Company, New York, 2003.
2. BLOOM, Harold. **Shakespeare: A invenção do humano**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda, 1998.
3. BROWN, Douglas H. **Principles of Language Learning and Teaching**. 5 ed. New York: Longman, ([2002]2007).
4. BROWN, H. D.; ABEYWICKRAMA, P. **Language Assessment: Principles and classroom practices**. New York: Pearson Education Longman, 2010.
5. BURGESS, Anthony. **English Literature**. London: Longman, 1993.
6. CAETANO, É. A. (Org.). **Pós-memória e decolonialidade no ensino de línguas no Brasil: as origens do status quo**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.
7. CARLESS, D. Learning-oriented assessment: conceptual bases and practical implications. **Innovations in Education and Teaching International**. Hong Kong, v. 44, n. 1, p. 57-66, 2007.
8. FREITAS, L. F. R.; MARTINS, E. E. B.; F; SENA, J. Despensar a colonialidade: desarticulações narrativas para ensaiar a crítica decolonial. **Revista Linguagem e Ensino**, Pelotas, v. 25, n. 02, Mai-Ago, p. 4-18, 2022.
9. FULCHER, G. Assessment literacy for the language classroom. **Language Assessment Quarterly**, v. 9, n. 2, p. 113-132, 2012.
10. GIRALDO, F.; MURCIA, D. Language Assessment Literacy and the Professional Development of

- Pre-Service Language Teachers. **Colombian Applied Linguistics Journal**, v. 21, n. 2, p. 243-259. 2019.
11. HAMP-LYONS, L. Language assessment literacy for language learning-oriented assessment. **Papers in Language Testing and Assessment**, v. 6, n. 1, p. 88-111, 2017.
12. HARMER, Jeremy. **The Practice of English Language Teaching**. Harlow: Longman. 2006.
13. HIGH, Peter B. **An Outline of American Literature**. Longman, 1995.
14. LUU., T. T. Teaching writing through genre-based approach. **BELT- Brazilian English Language Teaching Journal**, 2(1). 2011. Retrieved from <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/belt/article/view/9361>
16. MATOS, D. V. E. S; SOUSA, C. M. C. L. L. (Orgs.). **Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.
17. MIGNOLO, W. Colonialidade. O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017.
18. MIQUELANTE, M. A. et al. As modalidades da avaliação e as etapas da sequência didática: articulações possíveis. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, [S.l.], v. 56, n. 1, p. 259-299. 2017.
19. NUNAN, D. **Teaching English to Speakers of Other Languages – An Introduction**. New York, USA: Routledge – Taylor and Francis Group, 2015.
20. NUNAN, David. **Second Language Teaching & Learning**. New York: Heinle and Heinle, 1999.
21. RAJAGOPALAN, K. **Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
22. RAMOS, R. de C. G. 2004. **Gêneros textuais: uma proposta de aplicação em cursos de inglês para fins específicos**. *The ESpecialist*, v. 25, n. 2, p. 107-129.
23. RICHARDS, Jack C. RENANDYA Willy A. (Orgs) **Methodology in Language Teacher**. An Anthology of Current Practice. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, ([2002]2010). RICHARDS, Jack C.; RODGERS, Theodore S. **Approaches and Methods in Language Teaching: A description and analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, ([1986]2010).
24. SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização de Roxane Rojo; Gláís Sales Cordeiro. São Paulo: Mercado de Letras, 2004.
25. SIQUEIRA, S. Critical Pedagogy and Language Education: Hearing the Voices of Brazilian Teachers of English. **Education Sciences**, v. 11, p. 235-252, 2021.
26. STAA, B. V.; DAMIANOVIC, M. C.; BATISTA, M. E. 2005. Inglês oral para professores de inglês da rede pública: uma experiência em abordagem instrumental. **The ESpecialist**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 1-21.
27. URZÊDA-FREITAS, M. T. de. Educando para transgredir: reflexões sobre o ensino crítico de línguas estrangeiras/inglês. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 51, n. 1, 2012.

ÁREA 22 - LINGUAGENS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Estruturalismo, Gerativismo, Funcionalismo;
2. O sistema vocálico e consonantal do Português Brasileiro: regras fonológicas, fonemas e alofones;
3. Oralidade, tradução e escrita;
4. Noção de língua, texto, textualidade e processos de textualização;
5. O ensino de gramática e a sala de aula;
6. Alfabetização, letramento e ensino de Português;
7. Língua e linguagem: concepções teóricas de linguagem, gramática e ensino de línguas.;
8. Variação, mudança linguística e ensino: variedade padrão e variedade não padrão;
9. Gêneros textuais e ensino de língua portuguesa e línguas indígenas;
10. Estudos lexicais: ensino, produção textual e elaboração de materiais didáticos.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

_____. **Língua, texto e ensino**: outra escola possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____. **Gramática contextualizada**: limpando o pó das ideias simples. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

_____. **Textualidade**: noções básicas e implicações pedagógicas. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

BAGNO, Marcos. **Português ou brasileiro?** um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola, 2001.

BAKHTIN, Mikhail (Voloshinov, V.) **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. “Os Gêneros do Discurso”. In: **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARTON, D.; LEE, C. **Linguagem on-line**: textos e práticas digitais. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BASILIO, Margarida. **Teoria lexical**. 7 ed. São Paulo: Editora Ática, Série Princípios, 2001.

BASSO, Renato; ILARI, Rodolfo. **O português da gente**. São Paulo: Contexto, 2006.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **Teorias linguísticas**: leitura e crítica. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BORTONI-RICARDO, Stela Maris. **Educação em língua materna**: A sociolinguística na sala de Aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

CALLOU, D. LEITE, Y. **Iniciação à fonética e fonologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

CAMACHO, Roberto Gomes. **Da linguística formal à linguística social**. São Paulo: Parábola, 2013.

DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R; BEZERRA, M. A. (Org.) **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

FARACO, C. A. **Linguística Histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo:

Parábola Editorial, 2005.

_____. **Escrita e alfabetização**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

FARGETTI, Cristina Martins (org.). **Abordagens sobre o léxico em línguas indígenas**. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2012.

FÁVERO, L. L. **Coesão e coerência textuais**. 9. ed. São Paulo: Ática, 2002.

FIGUEIREDO, A. A. A.; REIS, L. S. [Org.]. **Línguas indígenas, linguística, cultura e ensino**. 1. ed. Campinas SP: Mercado de Letras, 2021.

FIORIN, J. L.(org) **Introdução à linguística I**. São Paulo: Contexto, 2003.

FIORIN, José L. (org.) **Introdução à linguística II: princípios de análise**. São Paulo Contexto, 2003.

KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz. BRITO, Karim S. (Org.) **Gêneros textuais: reflexões e ensino**. 4. Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

Kleiman, A. B. (Org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. (Org.) **Manual de linguística**. 2. ed., 2ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2013.

MARCUSCHI, L. A. **Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. **Da fala para a escrita: atividade de retextualização**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MOLLICA, M. C. (org.) **Introdução à sociolinguística variacionista**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

MOLLICA, M. C.; JUNIOR, C. F. (org.). **Sociolinguística, sociolinguística: uma introdução**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

MONTEIRO, J. L. **Para compreender Labov**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, T. C. **Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios**. São Paulo: Contexto, 1999.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim e colaboradores. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**. Jan/Fev/Mar/Abr. 2004. N° 25, p. 6-17. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/89tX3SGw5G4dNWdHRkRrZk/?format=pdf&lang=pt>

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. São Paulo: Cortez,1996.

VAL, M. da G. C. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WEINREICH, U.; LABOV, William; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução de Marcos Bagno. Revisão técnica de Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

ZILLES, A. M. S.; FARACO, C. A. (org.) **Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.